

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



p/ 06 e 07.

Associativismo. Por Jorge Vilela, Diretor Executivo da AILD

Mecenato. Por Gilda Pereira, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

José Manuel da Costa Soares

Presidente da Fundação Inatel

p/ 28.

CCP Voto eletrónico em países em desenvolvimento

Por Filipe Silva

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 38.

Artes & Artistas Lusos

Altina Ribeiro

p/ 44.

Ambiente Tantas casas para tão pouca gente. Tanta gente para tão poucas casas

Por Vítor Afonso

p/ 52.

Saúde & Bem Estar Menos relação, mais depressão: o alerta que ignoramos

Por Patrícia Câmara

Obra de capa

Artista Plástico: Manuel Casimiro

Dimensões: 140 x 96

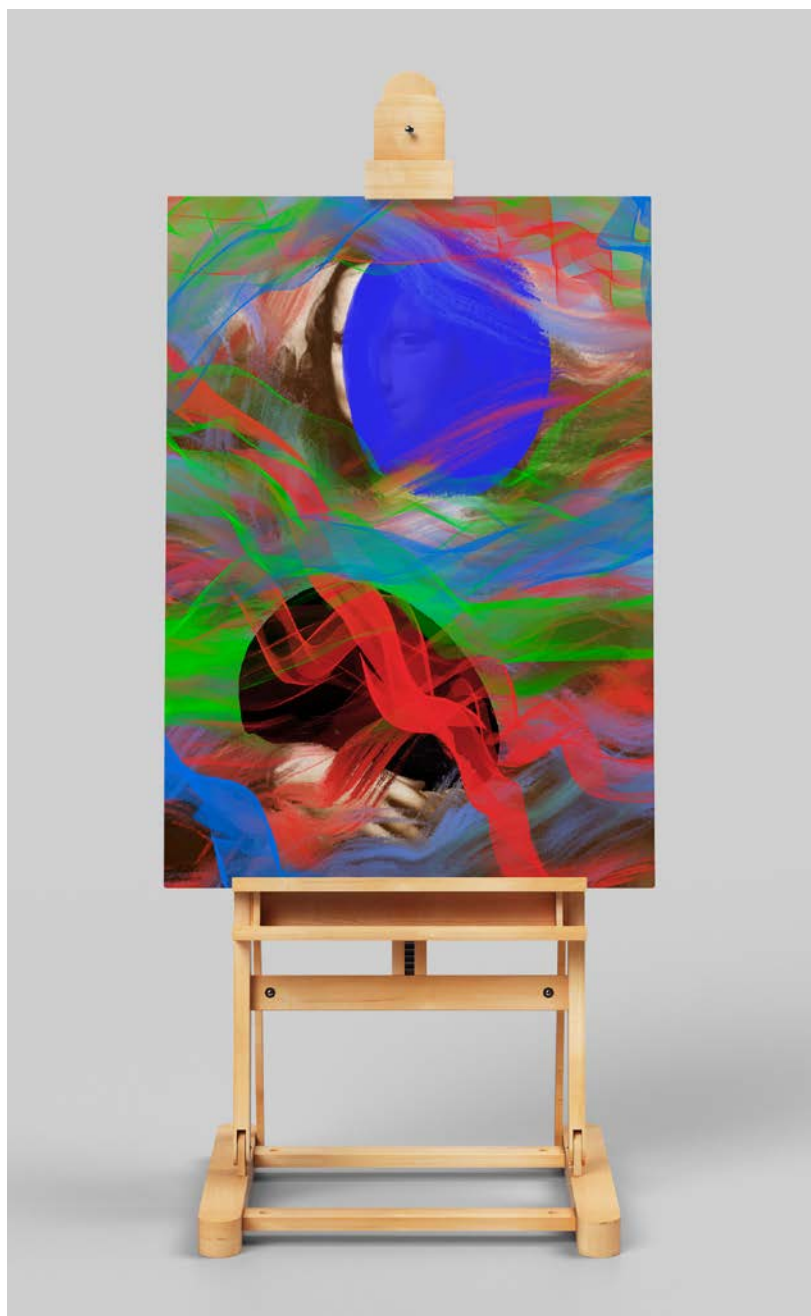
Técnica: Pintura Digital

Intervenção Casimiriana na Mona Lisa

Regresso décimo

Lembram-se ainda daquela operação de criação², ou seja, da recriação da criação em que víamos surgir na Mona Lisa dois ovóides, um preto e um outro azul de maiores dimensões? Lembram-se ainda da luta titânica que travaram para se tornarem no actor principal no teatro monalisiano? Pois bem, eis o regresso notório desta temerária disputa pelo poder. Só que, desta feita, como insolente transgressor que Casimiro é, decidiu dar-lhes “menos palco” a favor de uma saturação cromática de enevoamentos e brumas misteriosas (não escuras como o breu, mas vibrantes e quentes enquanto atmosferas sensíveis). Trabalho de readaptação, de remontagem, de refortificação da estrutura prévia, já que o artista parece sentir um terrível e angustiante mal-estar, ou incómodo nefasto, quando percebe que os seus exercícios de ultrapassagem e transgressão do original se tornam eles próprios acomodados e aclimatados à tepidez do “já visto”. (...)

Rodrigo Magalhães
Historiador de arte



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Carolina Cunha, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, Isalita Pereira, Lúcia Marques, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Paulo Dinis, Philippe Fernandes, Rodrigo Magalhães, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vera Diniz, Vítor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável

pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º2, i) e j), artigo 75º n.º2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 70, outubro 2026 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Há edições que se organizam em torno de uma pergunta. Esta edição 70 nasce de várias, mas todas parecem conduzir-nos ao mesmo lugar: como se constroem comunidades, como se preservam memórias e como se prepara o futuro sem perder aquilo que nos reconhece?

Começamos pela intervenção de Manuel Casimiro sobre a Mona Lisa. Em Regresso décimo, Rodrigo Magalhães acompanha uma imagem envolta em brumas, saturação e inquietação. A obra convida-nos a olhar novamente para o que julgávamos conhecer e lembra-nos que a arte interroga o original e devolve-o ao presente com novas perguntas. A AILD mostra como a cooperação fortalece comunidades, e o mecenato ajuda a sustentar esse trabalho, sem substituir a responsabilidade pública.

Conheça a Till uma consultora imobiliária centrada nas pessoas, e não perca a Grande Entrevista com José Manuel da Costa Soares, Presidente da Fundação INATEL, numa reflexão profunda sobre proximidade, inovação, envelhecimento ativo, turismo social, associativismo e o papel das instituições na construção de uma sociedade mais inclusiva e humana. Uma conversa inspiradora que nos recorda que modernizar não significa perder identidade, mas preparar o futuro sem esquecer as pessoas. Escutar é reconhecer também a voz de quem vive longe. A proposta de voto eletrónico em países em desenvolvimento, analisada por Filipe Silva, mostra que a participação política não pode depender da distância ou da fragilidade dos serviços postais. O caso de Timor-Leste confirma que esta é uma questão de inclusão democrática e igualdade.

Da cidadania passamos à Ilha de Moçambique, onde história, presença africana e arquitetura convivem. Joaquim Magalhães de Castro conduz-nos por ruas e fortalezas, enquanto Altina Ribeiro nos leva entre Portugal e França através da literatura.

Também o território guarda as marcas das partidas. Vítor Afonso interroga a contradição de um país com tantas casas vazias e tanta gente sem casa. Nas aldeias, as habitações fechadas guardam histórias de sacrifício e esperança; nas cidades, famílias e jovens enfrentam preços que tornam a habitação cada vez mais distante.

A poesia oferece uma outra proximidade. Em “Para Sempre, Luísa”, Sarah Luz, presta uma tocante homenagem a Luísa Ducla Soares. Um poema que celebra a amizade. Entre cozinhas conventuais e heranças árabes e mediterrânicas, a amêndoa recorda-nos que a gastronomia também conta a história dos povos e das viagens que moldaram as nossas tradições.

A saúde mental obriga-nos a uma pausa. Patrícia Câmara lembra que escutar e reconhecer o cansaço são gestos de cuidado.

Paulo Dinis analisa a diáspora qualificada como oportunidade estratégica para Portugal. Esse novo rosto da emigração aparece na história de Andreia Dias, de Lisboa para Bruxelas, entre independência, saudade e pertença.

A fotografia de Joaquim Proença Lobo devolve-nos aos dias da Independência de Angola. As imagens preservadas pelo Arquivo Municipal de Lisboa são testemunhos e formas de resistência ao esquecimento. A emigração prolonga-se na reflexão sobre uma geração que transformou a mala de cartão em diplomas e procura o reconhecimento académico. A língua testemunha essa transformação. As palavras misturam-se e ganham sentidos. Terminamos com uma reflexão sobre a contabilidade em ritmo lento.

Assim se constrói esta edição 70: entre a arte e a cidadania, a memória e a viagem, saúde e habitação, a língua e as nossas Comunidades. Que estas páginas sejam uma forma de encontro com histórias que ligam Portugal ao mundo.

Boas leituras! Encontro marcado para novembro.



Fátima Magalhães
Diretora

| A I L D

Associativismo

Quando a união transforma comunidades

Num contexto marcado por desafios sociais, culturais e comunitários cada vez mais complexos, trabalhar em rede deixou de ser uma opção para se tornar uma necessidade. Pela proximidade às populações e pela capacidade de mobilização, o movimento associativo desempenha um papel essencial na construção de comunidades mais participativas, inclusivas e solidárias. Esse papel ganha ainda maior força quando as associações partilham recursos, conhecimento, experiências e objetivos.

A cooperação entre entidades permite alargar o alcance das iniciativas, reforçar a capacidade de resposta e desenvolver projetos mais consistentes e sustentáveis. Ao juntarem esforços, diferentes organizações cruzam competências, multiplicam ideias e criam novas oportunidades de intervenção. O resultado são ações mais eficazes e um impacto mais significativo nas comunidades.

É esta visão que orienta, desde a sua fundação, a Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD). Assente nos valores da cooperação e da partilha, a associação tem desenvolvido os seus projetos em articulação com entidades públicas e privadas, convicta de que os melhores resultados nascem da construção conjunta. Ao longo dos anos, a AILD consolidou uma rede de parceiros que tem contribuído para o sucesso das suas iniciativas. Mais do que apoios institucionais, estas parcerias traduzem um compromisso comum com a valorização das comunidades, da cultura, da cidadania e da participação cívica. A iniciativa “Obrigado e Boa Viagem”,

organizada em conjunto pela Fundação AEP e pela AILD, é um exemplo recente desta forma de trabalhar. O projeto contou também com a colaboração do Turismo do Porto e Norte de Portugal, da Câmara Municipal da Maia, da Fundação INATEL e da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, entre outras entidades. A participação de vários parceiros reforçou a dimensão do evento e mostrou que a união de esforços cria benefícios para as organizações envolvidas e para o público.

Também o projeto Realces evidencia a importância do trabalho colaborativo. Desde a sua criação, tem integrado novas instituições, associações, municípios e parceiros, enriquecendo-se com diferentes perspetivas e contributos. A cada edição, a rede cresce e fortalece a sua capacidade de promover a cultura e valorizar as comunidades lusodescendentes.

O futuro do movimento associativo passa, inevitavelmente, pela capacidade de estabelecer pontes, criar sinergias e desenvolver projetos comuns. Num setor muitas vezes condicionado pela escassez de recursos, cooperar permite fazer mais e melhor, evitar duplicações e potenciar resultados.

A experiência da AILD demonstra que trabalhar em conjunto não implica perder identidade ou autonomia. Pelo contrário, significa reforçar capacidades, ampliar horizontes e construir respostas mais sólidas para os desafios do presente. Quando as associações se unem em torno de objetivos partilhados, todos ganham: as instituições, os parceiros e, sobretudo, as comunidades que servem.



Jorge Vilela
Diretor Executivo

A I L D

Mecenato

O apoio essencial para a sobrevivência do movimento associativo português

Com milhares de associações espalhadas pelo país e apoios públicos limitados, o mecenato assume uma importância crescente na sustentabilidade do movimento associativo português.

O movimento associativo desempenha um papel fundamental na sociedade portuguesa. Associações culturais, recreativas, desportivas, juvenis e sociais promovem atividades, combatem o isolamento, dinamizam comunidades e incentivam a participação cívica. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, existem 61 268 entidades da economia social, responsáveis por cerca de 215 963 empregos a tempo inteiro, das quais 57 196 são associações com fins altruísticos. O setor contribui ainda com 2,8% do Valor Acrescentado Bruto nacional e 5,2% das remunerações.

Apesar da sua relevância, o financiamento público é limitado e distribuído por diferentes programas. Em 2026, o Instituto Português do Desporto e Juventude anunciou cerca de 8 milhões de euros para o associativismo jovem, enquanto programas como o “Associa-te” disponibilizaram apenas 9 mil euros, com um apoio máximo de 500 euros por associação. Estes valores demonstram a dificuldade de responder às necessidades das milhares de organizações existentes.

É neste contexto que surge a importância do mecenato. Através de apoios financeiros, materiais ou técnicos concedidos por empresas, fundações ou particulares, permite complementar os recursos públicos e concretizar projetos que, de outra forma, dificilmente seriam realizados. A le-

gislação portuguesa reconhece estes donativos em áreas como a cultura, a educação, a ação social, o ambiente e o desporto, desde que não exista uma contrapartida comercial direta.

Para as associações, o mecenato pode significar a aquisição de equipamentos, o pagamento de despesas, a recuperação de instalações, a realização de eventos ou a continuidade de projetos comunitários. Para as empresas, representa uma oportunidade de reforçar a responsabilidade social e fortalecer a ligação às comunidades onde desenvolvem a sua atividade.

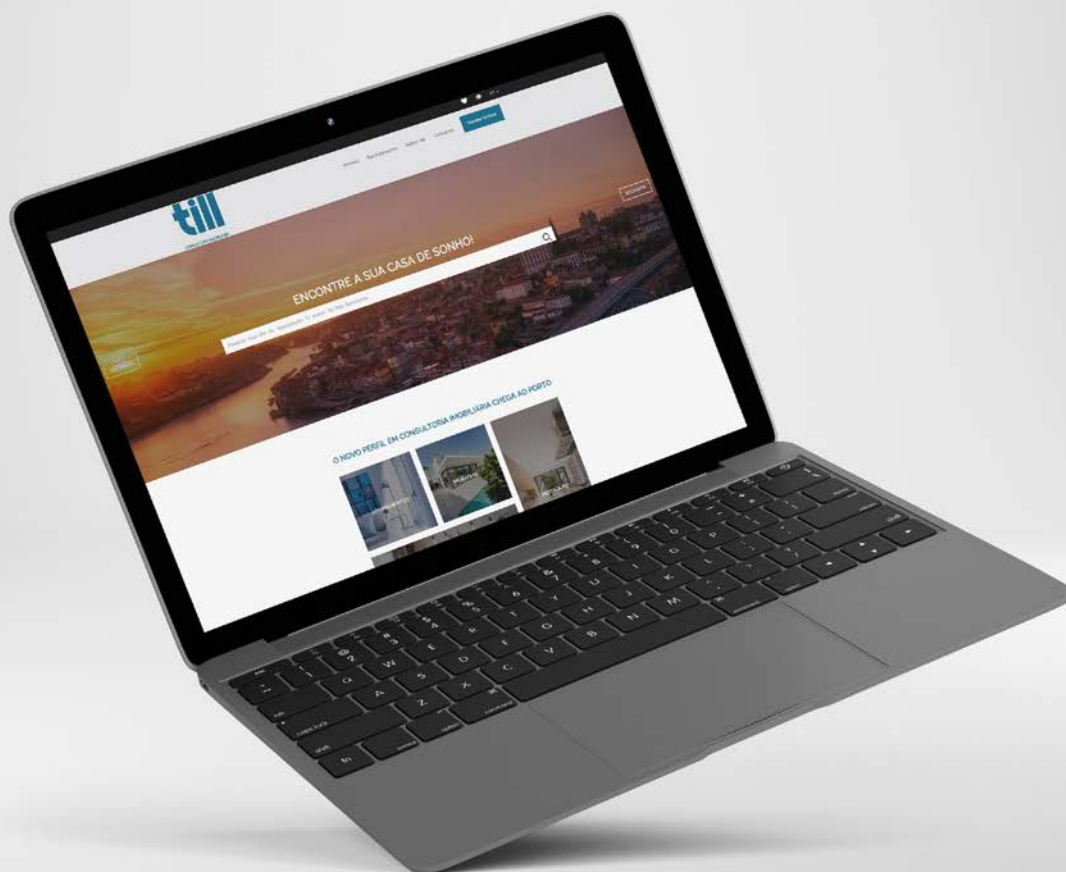
Contudo, o mecenato não deve substituir o financiamento público. O Estado deve continuar a assumir a responsabilidade de apoiar um setor que presta serviços de interesse coletivo, cabendo ao apoio privado um papel complementar. Além disso, a excessiva dependência de donativos pode criar desigualdades entre regiões com diferentes níveis de atividade económica.

Por essa razão, é necessário simplificar procedimentos, divulgar melhor os benefícios fiscais e criar mecanismos transparentes que aproximem empresas e associações. O futuro do movimento associativo português dependerá da conjugação de financiamento público, mecenato, quotas, receitas próprias, voluntariado e parcerias locais.

Face ao exposto, o mecenato é fundamental para o movimento associativo português, contribuindo para compensar a insuficiência das verbas públicas e para assegurar a continuidade de atividades essenciais para as comunidades.



Gilda Pereira
Presidente



EMPRESA ASSOCIADA

Till - Consultoria Imobiliária

Como define a TILL o seu posicionamento no mercado imobiliário atual?

A Till Consultoria Imobiliária, assume-se, antes de tudo, como uma “consultoria imobiliária centrada nas pessoas”. O princípio que enquadra todo o nosso método está escrito preto no branco no nosso manual interno — “ Colocar as pessoas no centro de todas as decisões, valorizando o seu bem-estar, as suas necessidades e o seu desenvolvimento, criando valor de forma sustentável “. Atuamos na compra, venda e arrendamento, a partir da cidade do Porto, sob a licença AMI nº 16206 Imo-Portugal.

O nosso consultor é um profissional autónomo que trabalha com as ferramentas e o código de ética da Till, e o nosso posicionamento comercial pauta-se pela frase que usamos como assinatura: “Não fechamos vendas, abrimos portas a um relacionamento”.

Não nos vemos como intermediários de transações isoladas, mas como prestadores de um serviço relacional, criterioso e documentado.

O que distingue a TILL das restantes consultoras imobiliárias?

Distinguímo-nos por tornar explícito, e por escrito, aquilo que no mercado é frequentemente informal.

O desenvolvimento do nosso trabalho assenta sobre quatro pilares rigorosos de forma a garantir a segurança e confiança dos nossos clientes:

Primeiro, a política de visitas, na qual assumimos um compromisso de critério e diligência: levamos a visitar os imóveis exclusivamente clientes qualificados — pessoas previamente identificadas e registadas, com capacidade financeira demonstrada (pré-aprovação de crédito habitação, compro-



Domingos Ribeiro, Diretor Executivo da Till - Consultoria Imobiliária

vativo de meios próprios ou declaração verificável de disponibilidade) e com perfil e motivação de compra compatíveis com as características e o valor do imóvel, em visita agendada e sempre acompanhada por um consultor.

Segundo, a Garantia de Serviço ao Proprietário: um certificado entregue ao cliente, com 17 compromissos concretos, aplicável a acordos de mediação de duração não inferior a 180 dias. Terceiro, a disciplina de preço: nenhum imóvel é publicitado sem antes recorrermos à Análise Comparativa de Mercado (ACM) e sem Plano de Marketing Personalizado.

Quarto, o acompanhamento jurídico e negocial de forma personalizada, desde a negociação até à concretização do negócio e no pós-venda, assegurando rigor, transparência e segurança em todas as etapas do processo. Prestamos informação e esclarecimentos claros e transparentes sobre a documentação do imóvel, obrigações legais, custos e encargos associados à aquisição, impostos, financiamento, condomínio e outras despesas previsíveis promovendo a segurança contratual e o cumprimento de todas as formalidades

aplicáveis. O nosso compromisso é proporcionar ao cliente confiança, segurança e tranquilidade, garantindo que dispõe da informação necessária para tomar decisões conscientes e esclarecidas. Disponibilizamos igualmente o apoio na resolução de questões que possam surgir após a aquisição, reforçando uma relação de acompanhamento e proximidade que não termina com a concretização do negócio.

Como garantem proximidade, confiança e transparência na relação com os clientes?

Antes de oferecer soluções, praticamos escuta empática: procuramos compreender as necessidades do cliente e só depois propomos.

O nosso método de comunicação tem quatro passos — clarificar (perceber o problema, com perguntas abertas e fechadas, repetindo e validando o que o cliente diz), dignificar (validar as preocupações, mostrando que não está sozinho e que já ajudamos outros a ultrapassar situações semelhantes),



dialogar (apresentar as opções disponíveis e as nossas ferramentas e garantias) e confirmar (verificar e resolver todas as objeções antes de avançar). A confiança constrói-se, depois, em atos concretos e escritos: o certificado de garantia assinado, a apresentação regular de relatórios, a submissão de todas as propostas, a explicação de cada fase e das regras da mediação em Portugal. Somos claros quanto aos limites do que prometemos, e essa clareza é, para nós, parte da transparência.

Que desafios antecipam no mercado imobiliário e como se preparam para eles?

Os desafios assumem duas vertentes fundamentais: o desafio pessoal dos mediadores imobiliários e os desafios macroeconómicos e regulatórios da atividade imobiliária. No que diz respeito aos desafios pessoais que identificamos são sobretudo, desafios de disciplina. O primeiro é sustentar a prospeção como motor do negócio — dedicando-lhe mais de metade do tempo — quando os resultados não surgem imediatamente.

O segundo é o portfólio: a criação de um bom conjunto de angariações é essencial, porque é ele que dá visibilidade ao profissional nas mais diversas situações.

O terceiro é a presença digital contínua.

O quarto é a formação permanente: utilizar a experiência, o conhecimento, os meios e a formação mais atualizada para servir o interesse do cliente. E há um quinto, que assumimos conscientemente: manter uma política de visitas restritiva exige rigor e coragem comercial, já que reduz o número de visitas. A preparação ocorre com planeamento — definir objetivos, planejar e monitorizar resultados são os três elementos chave do nosso mapa de trabalho — e com foco naquilo que controlamos: capacitação e serviço, mais do que a conjuntura ou a concorrência.

No respeitante aos desafios macro desafios macroeconómicos e regulatórios da atividade imobiliária, acreditamos que nos próximos, assistiremos a um contexto marcado pela evolução das taxas de juro e do crédito, pela pressão sobre a acessibilidade à habitação, pela necessidade de aumentar a oferta e pela crescente complexidade fiscal e regulatória.

A estas tendências acrescem a digitalização da atividade, a utilização crescente de inteligência artificial, a proteção de dados e a evolução das expectativas dos consumidores.

Neste contexto, a capacidade de antecipar tendências, acompanhar a evolução legislativa, interpretar as dinâmicas do mercado e responder de forma ágil às necessidades



dos clientes será fundamental para reforçar a competitividade, a sustentabilidade e a crescente profissionalização da mediação imobiliária.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas agora que fazem parte da associação?

Uma rede com a dimensão e alcance da “AILD” é, para uma consultoria que assenta no círculo de influência e na recomendação, um ativo natural: permite alargar a carteira de contactos, aproximar procura internacional e lusodescendentes do imobiliário português e partilhar boas práticas entre profissionais. A nossa expectativa é a de que essa interligação se traduza em fluxos concretos de clientes qualificados e em cooperação entre consultores em vários mercados

— em linha, aliás, com a ideia de que os negócios nascem, em larga medida, de quem já nos conhece e confia no nosso trabalho.

Quais são as principais metas da TILL para os próximos anos?

Com base na estratégia documentada, as metas que os materiais sustentam são de consolidação: reforçar o portfólio de angariações como principal instrumento de visibilidade; aprofundar a presença digital e a divulgação dos serviços online; manter e expandir a rede de consultores formados no código de ética e nas ferramentas Till; e preservar a Garantia de Serviço ao Proprietário e a política de visitas a clientes qualificados como marcas distintivas do serviço. O objetivo de fundo continua a ser o que define o nosso posicionamento: transformar cada transação numa relação duradoura.



Vera Diniz
Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

DESCENDÊNCIAS
MAGAZINE

GRANDE ENTREVISTA

JOSÉ MANUEL DA COSTA SOARES

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INATEL

José Manuel da Costa Soares não quer deixar uma INATEL apenas mais moderna.

Quer deixá-la mais próxima. Nos 90 anos da Fundação, o seu presidente coloca as pessoas no centro de uma estratégia que pretende conciliar sustentabilidade, inovação e tradição, sem transformar a modernização numa ruptura com a identidade da instituição. “A modernização só faz sentido se nos permitir estar ainda mais próximos”, afirma. É uma ideia que atravessa toda a conversa: da resposta ao envelhecimento e à solidão à necessidade de conquistar as novas gerações, passando pelo turismo social, pelo associativismo e pela presença da Fundação nos territórios. Engenheiro de formação, gestor e antigo autarca, José Manuel da Costa Soares define-se hoje como “humanista por convicção” e admite que, quando chegar a hora de deixar o cargo, aquilo que mais gostaria que permanecesse não seria o seu nome, mas as relações construídas, as pessoas aproximadas e uma Fundação preparada para o futuro sem perder a sua humanidade.



© Vera Bondar

Começou a sua vida profissional como engenheiro civil e acabou por construir um percurso profundamente ligado à gestão, à administração pública e ao serviço à comunidade. Quando olha para trás, sente que há alguma decisão profissional que, vista à distância, considere ter mudado verdadeiramente o rumo da sua vida?

Mais do que uma decisão isolada, diria que houve uma escolha que atravessou todo o meu percurso: colocar as pessoas no centro daquilo que faço. A engenharia deu-me método, rigor e capacidade de encontrar soluções; a gestão

ensinou-me a decidir e a assumir responsabilidades; mas foi o serviço público que me mostrou que nenhuma decisão tem verdadeiro sentido se não tiver impacto positivo na vida das pessoas.

Aceitar responsabilidades autárquicas foi, seguramente, um momento determinante. Foi aí que percebi, de forma muito concreta, que gerir é também ouvir, estar presente, conhecer os problemas no terreno e construir soluções em conjunto. Essa aprendizagem acompanha-me até hoje e está profundamente presente na forma como encaro a Fundação INATEL.





Foi vereador e depois vice-presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira durante muitos anos. O que é que a política local lhe ensinou sobre as pessoas que nenhuma escola de gestão ou de engenharia poderia ensinar? E que aprendizagem desse período continua hoje a influenciar a forma como toma decisões na INATEL?

Ensinou-me a ouvir. E parece uma coisa simples, mas não é. Na política local estamos muito próximos das pessoas. Encontramo-las na rua, nas associações, nas instituições, nos mais diversos momentos. E percebemos que, muitas vezes, antes de apresentarmos uma solução, temos de saber ouvir o problema.

Também aprendi que as relações de confiança levam tempo a construir. Não aparecem porque ocupamos determinado cargo.

Na INATEL procuro fazer exatamente isso: estar próximo. Gosto de ir aos territórios, falar com as pessoas, conhecer as instituições locais, perceber o que estão a fazer e onde podemos trabalhar em conjunto.

Eu acredito muito nisso: presença e proximidade. As boas parcerias começam quase sempre por boas relações humanas.

Há uma frase no seu percurso que chama particularmente a atenção: “engenheiro de formação, gestor por opção e autarca por paixão”. Se tivesse de acrescentar hoje uma quarta dimensão a essa definição, depois de quase dois anos como presidente da INATEL, qual seria e porquê?

Talvez dissesse: humanista por convicção.

Porque, independentemente das funções que desempenhamos, acredito que o verdadeiro sentido do nosso trabalho está nas pessoas. Podemos gerir património, equipamentos, recursos financeiros ou grandes projetos, mas, no final, aquilo que permanece é a forma como conseguimos melhorar a vida das pessoas e fortalecer as comunidades.

É também isso que encontro na Fundação INATEL: uma instituição cuja história foi construída por pessoas e para pessoas.

Há uma pergunta que raramente se faz a alguém que ocupa um cargo importante: o que é que ainda o entusiasma? Depois de tantos anos de vida profissional, de responsabilidades públicas e de gestão, o que é capaz de lhe despertar genuinamente curiosidade, vontade de aprender ou vontade de começar de novo?

As pessoas continuam a entusiasmar-me. Entusiasma-me chegar a um território e perceber que podemos criar uma parceria que ainda não existia. Entusiasma-me ver uma coletividade manter viva uma tradição, acompanhar um projeto que combate o isolamento ou perceber que uma iniciativa da Fundação conseguiu proporcionar a alguém uma experiência que julgava já não ser possível viver. E continua a entusiasmar-me aprender. Quem acredita que já sabe tudo deixa, inevitavelmente, de compreender o mundo à sua volta.

A sua ligação à INATEL não começou agora: já tinha sido vice-presidente da Fundação entre 2012 e 2016. O que encontrou de diferente quando regressou à INATEL em 2024?

Encontrei naturalmente uma Fundação diferente, porque o país e a sociedade também mudaram. Novos desafios, novas formas de comunicar, novas exigências dos cidadãos e uma necessidade crescente de modernização e inovação.

Mas encontrei igualmente uma enorme vontade de fazer, conhecimento acumulado e um capital humano extraordinário.

A Fundação evoluiu, mas aquilo que considero mais importante permaneceu: a capacidade de estar próxima das pessoas e de chegar a territórios e comunidades onde, muitas vezes, outras respostas não chegam.



© Vera Bondar

O que encontrou que lhe deu a sensação de que a essência da instituição permanecia intacta?

Precisamente as pessoas.

A essência da INATEL está nas pessoas que diariamente trabalham na Fundação, mas também nos seus associados, nas coletividades, nos atletas, nos agentes culturais, nas comunidades e nas inúmeras instituições com quem estabelecemos relações de proximidade.

Podemos modernizar estruturas, processos e formas de comunicação. Devemos fazê-lo. Mas existe algo que não podemos perder: esta ideia de que a INATEL é uma instituição feita de pessoas para pessoas.

É essa identidade que atravessou gerações e que temos a responsabilidade de preservar.

Quando aceitou voltar à INATEL, desta vez como presidente, qual foi o principal desafio que colocou a si próprio? Era modernizar uma instituição histórica, recuperar a proximidade com as pessoas, reforçar a sustentabilidade financeira, dar-lhe uma nova projeção nacional ou havia uma ambição ainda mais profunda?

Não separaria modernização, sustentabilidade, proximidade e projeção nacional. Todas essas dimensões fazem parte do mesmo desafio.

A minha ambição é termos uma Fundação moderna e sustentável, mas profundamente fiel à sua missão social e à sua identidade humanista.

Quero uma INATEL ainda mais presente no território, capaz de ouvir, estabelecer parcerias e criar sinergias. Uma



© Vera Bondar

Fundação que não espere apenas que as pessoas venham até ela, mas que vá ao encontro das pessoas. Porque a proximidade não pode ser apenas uma intenção institucional. Tem de ser uma prática diária.

A sua nomeação aconteceu num momento politicamente diferente daquele em que tinha chegado à INATEL como vice-presidente. Como encara hoje a relação entre uma instituição como a Fundação INATEL e o poder político?

Uma instituição como a Fundação INATEL deve saber relacionar-se institucionalmente com os diferentes poderes públicos, preservando sempre a sua missão, identidade e autonomia. A Fundação atravessou diferentes períodos da

história portuguesa precisamente porque a sua razão de existir ultrapassa ciclos políticos.

O nosso compromisso é com as pessoas, com as comunidades, com o acesso à cultura, ao desporto, ao lazer, ao turismo social e com a promoção do bem-estar e da coesão territorial. É essa missão que deve orientar a nossa atuação.

A INATEL chegou aos 90 anos sem perder uma característica muito particular:

atravessou diferentes regimes políticos, diferentes gerações e profundas transformações sociais.

Na sua opinião, qual é o segredo da sobrevivência da INATEL ao longo de 90 anos? E o que poderia colocar essa longevidade em risco?



© Vera Bondar

A capacidade de se adaptar sem perder a sua identidade. A Fundação soube acompanhar as transformações da sociedade portuguesa mantendo uma relação muito particular de proximidade com as pessoas e com os territórios. O maior risco seria precisamente perder essa ligação. Uma instituição pode modernizar-se tecnologicamente, melhorar processos e tornar-se mais eficiente — e deve fazê-lo —, mas se deixar de ouvir as pessoas e de compreender os territórios começa a perder a sua razão de existir. A modernização só faz sentido se nos permitir estar ainda mais próximos.

A celebração dos 90 anos é muito mais do que uma comemoração. Depois de olhar para nove décadas de história, que legado recebeu e que responsabilidade sente de entregar à próxima geração?

Recebemos um património material importante, mas recebemos sobretudo um património humano e social extraordinário.

São 90 anos de histórias, relações, coletividades, práticas culturais e desportivas, turismo social, associativismo e presença em todo o território.



© Vera Bondar

A nossa responsabilidade é entregar uma Fundação preparada para o futuro, sustentável, moderna e inovadora, mas que continue a reconhecer-se nos valores que estiveram na sua origem. Gostaria que as próximas gerações recebessem uma INATEL ainda mais aberta, inclusiva e próxima.

Existe uma tensão interessante na identidade da INATEL: por um lado, é uma instituição profundamente ligada à memória e às tradições portuguesas; por outro, precisa de se adaptar a uma sociedade cada vez mais digital, indivi-

dualizada e exigente. Como se moderniza uma instituição sem destruir aquilo que a torna única?

Modernizar não significa apagar o passado. Significa dar-lhe futuro. A tecnologia, a digitalização e a inovação devem ser instrumentos ao serviço das pessoas, nunca barreiras adicionais. Temos públicos muito diferentes, com idades, necessidades e formas de relacionamento distintas. Temos de saber comunicar com um jovem através dos meios que ele utiliza sem deixar para trás uma pessoa mais velha que



© Vera Bondar

valoriza o contacto presencial. Modernizar é precisamente conseguir incluir ambos.

Existe uma palavra que aparece muitas vezes quando se fala da INATEL: “tradição”. Mas tradição pode ser património ou pode ser resistência à mudança. Como distingue uma coisa da outra?

A tradição está viva quando consegue dialogar com o presente. Aquilo que é tradição transporta memória, identidade e pertença. A resistência à mudança surge quando preservamos uma determinada forma de fazer apenas porque

“sempre foi assim”, mesmo quando deixou de responder às necessidades das pessoas.

Devemos preservar aquilo que nos identifica, mas ter coragem para transformar aquilo que nos limita.

A missão da INATEL nasceu associada ao direito ao lazer e ao bem-estar. Hoje, porém, falamos de solidão, envelhecimento, saúde mental, desigualdade, isolamento territorial e dificuldade de acesso à cultura. Acha que a missão da INATEL se tornou, paradoxalmente, ainda mais necessária? Com o Programa Longevidade+, a INATEL está a assumir uma intervenção ativa na forma como Portugal envelhece?



© Vera Bondar

Sem dúvida. Vivemos numa sociedade tecnologicamente mais ligada e, paradoxalmente, muitas vezes humanamente mais distante.

Quando promovemos uma atividade cultural, desportiva, turística ou social, não estamos apenas a proporcionar lazer. Estamos muitas vezes a criar relações, a combater a solidão, a devolver sentimento de pertença e a proporcionar momentos de partilha. É aqui que a dimensão humanista da Fundação ganha uma relevância renovada.

O envelhecimento não pode ser visto apenas como um problema. É uma realidade demográfica que exige novas respostas, mas também uma oportunidade para valorizarmos conhecimento, experiência e participação social.

O Longevidade+ representa precisamente essa visão: promover um envelhecimento ativo, participado e com qualidade de vida.

Não queremos apenas acrescentar anos à vida. Queremos contribuir para acrescentar vida aos anos, promovendo autonomia, participação, relações sociais e bem-estar.

Até onde considera que deve ir uma instituição como a INATEL na resposta às desigualdades sociais? Deve concentrar-se naquilo que constitui a sua missão histórica ou deve assumir responsabilidades cada vez maiores em áreas como envelhecimento, saúde mental, habitação ou combate ao isolamento?



© Vera Bondar

A Fundação deve ser ambiciosa na sua missão, mas também responsável na definição do seu papel.

Não podemos nem devemos substituir outras instituições com competências específicas. Podemos, contudo, ser parceiros ativos na construção de respostas.

É aqui que acredito profundamente nas sinergias. Nenhuma instituição consegue responder sozinha aos grandes desafios sociais.

A INATEL pode colocar a sua rede, experiência, equipamentos, conhecimento e presença territorial ao serviço de respostas construídas em parceria.

A INATEL tem uma rede hoteleira e uma atividade turística que precisam de competir num mercado altamente profis-

sionalizado, mas tem simultaneamente uma missão social e preços que não podem ser determinados apenas pela lógica comercial. Como se equilibra esta equação? Existe um momento em que a sustentabilidade económica pode entrar em conflito com a missão social?

A sustentabilidade económica não é contrária à missão social; é uma condição para conseguirmos garanti-la no futuro. Temos de gerir com rigor, eficiência e responsabilidade. Mas a nossa avaliação não pode ser feita exclusivamente através de resultados financeiros. Há um retorno social que também deve ser considerado: quantas pessoas alcançamos, que territórios envolvemos, que oportunidades criamos, que situações de isolamento ajudamos a combater.



© Vera Bondar

A Fundação tem de ser economicamente sustentável precisamente para continuar a cumprir a sua missão social.

A INATEL continua também muito ligada ao associativismo, às coletividades, ao desporto amador e à cultura popular. No entanto, as novas gerações relacionam-se de maneira muito diferente com o associativismo tradicional. Como se conquista um jovem que talvez nunca tenha ouvido falar da INATEL ou que não se reveja numa ideia de instituição construída há várias décadas?

Primeiro, ouvindo-o. Não podemos pedir às novas gerações que se adaptem à instituição. Também a instituição tem de saber aproximar-se delas.

Temos de compreender os seus interesses, linguagens, preocupações e formas de participação. E mostrar que associativismo, cultura, desporto, inclusão e participação comunitária não são conceitos do passado.

Talvez mudem os formatos, mas a necessidade humana de pertencer, participar e construir em conjunto continua profundamente atual.

Tem sob sua responsabilidade áreas muito diferentes – finanças, património, recursos humanos, inovação social, comunicação, sistemas de informação, contratação e atividade comercial. Qual é hoje a área da Fundação mais exigente?

Seria difícil escolher apenas uma porque todas estão interligadas. O verdadeiro desafio está precisamente em conseguir que áreas muito diferentes trabalhem com uma visão comum. Finanças, património, recursos humanos, inovação social, comunicação, sistemas de informação, contratação, turismo, cultura ou desporto não podem funcionar como ilhas. A força de uma organização está na capacidade de criar sinergias internas e transformar diferentes competências num propósito comum.

Se tivesse de escolher apenas três resultados concretos pelos quais gostaria que este seu mandato fosse avaliado quando chegar ao fim, quais seriam? Não em termos de intenções ou de projetos anunciados, mas em resultados que permitam dizer: “durante estes três anos, a INATEL mudou efetivamente isto”.

Primeiro, uma Fundação mais sustentável e preparada para enfrentar o futuro.

Segundo, uma Fundação mais próxima das pessoas e dos territórios, reforçando a sua presença nacional e a relação com instituições, autarquias, coletividades e comunidades locais.

Terceiro, uma Fundação capaz de inovar sem perder a sua identidade, atraindo novas gerações e dando novas respostas aos desafios sociais do país.

Se conseguirmos avançar nestas três dimensões — sustentabilidade, proximidade e inovação — teremos deixado uma Fundação mais forte.

Quando entregar o cargo, daqui a alguns anos, o que gostaria que dissessem de José Manuel da Costa Soares?

Que modernizou a INATEL? Que a tornou mais sustentável? Que a aproximou dos jovens e das comunidades? Que reforçou a sua missão social?

Ou, simplesmente, que conseguiu preservar aquilo que há 90 anos faz com que os portugueses reconheçam a INATEL como uma instituição que lhes pertence?





© Vera Bondar

Talvez uma coisa muito simples. Soube ouvir as necessidades. Ouviu as pessoas, os trabalhadores da Fundação, as instituições, as coletividades e estive presente nos territórios. Naturalmente gostaria que dissessem que deixámos uma Fundação mais sustentável, mais moderna e mais preparada para o futuro.

Mas os cargos são passageiros. Aquilo que fica são as relações que construímos, as pessoas que conseguimos aproximar e aquilo que deixamos feito.

Se no final puder olhar para trás e sentir que deixámos uma Fundação mais ambiciosa, e forte sem perder a sua humanidade, ou seja, próxima de “Todos” ficarei satisfeito. Parafraseando o Papa Francisco gostaria de deixar uma fundação inclusiva para “todos, todos, todos”.

Porque, no fundo, é isto que acredito que a INATEL deve continuar a ser:

uma instituição feita de pessoas para pessoas. E uma instituição que não observa os territórios à distância. Está presente.

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Voto eletrónico em países em desenvolvimento

Uma medida política necessária para garantir o direito dos cidadãos



Votar não é um favor concedido pelo Estado. É um direito fundamental dos cidadãos, consagrado constitucionalmente, e um dos pilares essenciais da democracia. Quando esse direito não pode ser exercido por razões administrativas, logísticas ou tecnológicas, o problema deixa de ser

individual e passa a ser político.

As eleições em Portugal têm todas regras diferentes. Nas eleições legislativas para a Assembleia da República, os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro votam, por regra, por correspondência, sendo este mecanismo auto-



mático para todos os que tenham morada no estrangeiro registada no Cartão de Cidadão: o boletim é enviado por via postal, devendo o eleitor votar e devolvê-lo dentro do prazo legal. Existe, contudo, a possibilidade de voto presencial, a exercer em embaixadas e consulados, desde que o eleitor opte previamente por essa modalidade, opção essa que se mantém válida até ser alterada. Quem não manifeste expressamente essa escolha fica automaticamente abrangido pelo voto postal.

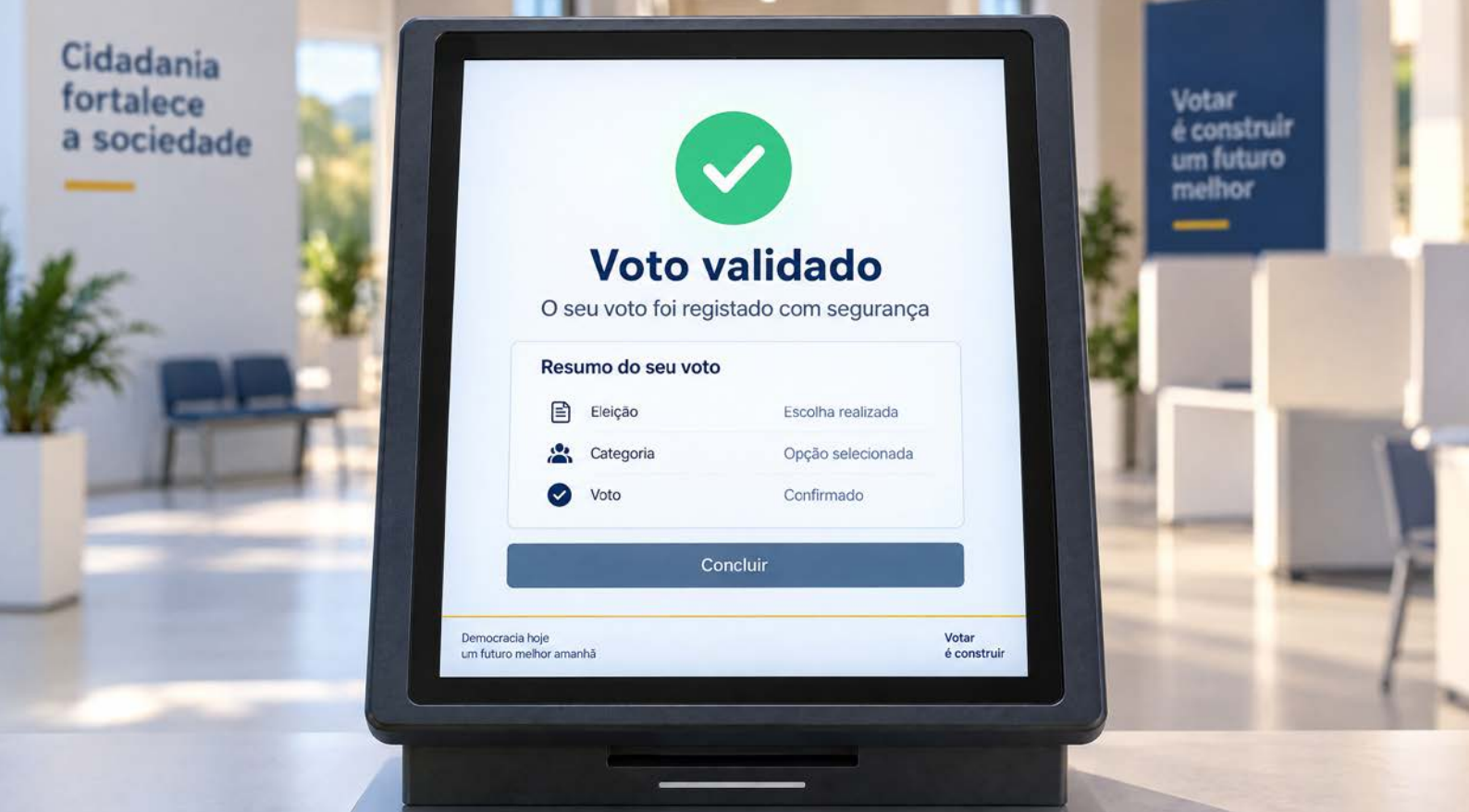
Já nas eleições presidenciais e nas eleições para o Parlamento Europeu, não existe qualquer automatismo: o voto presencial em embaixadas e consulados é a modalidade mais comum. Em contraste, nas eleições autárquicas, a lei é clara e restritiva: não existe voto no estrangeiro, estando o direito de voto limitado aos cidadãos residentes em território nacional, sem qualquer modalidade de participação eleitoral a partir do exterior.

É precisamente isso que sucede com muitos cidadãos portugueses residentes em países como Timor-Leste. Na prática, o voto por correspondência não funciona. Os atrasos sistemáticos dos CTT e das cadeias postais internacionais fazem com que os boletins cheguem fora de prazo ou nem

seguir cheguem ao destino. O resultado é simples e grave: cidadãos portugueses ficam impedidos de votar, apesar de estarem legalmente inscritos e de cumprirem todas as suas obrigações cívicas.

Não se trata de um caso isolado, nem de uma exceção pontual. É uma realidade estrutural em países com grandes distâncias geográficas, infraestruturas frágeis e serviços postais pouco fiáveis. Insistir no voto por correspondência nestes contextos é, na prática, aceitar a exclusão política de milhares de cidadãos.

A história de Timor-Leste ajuda a compreender por que razão esta questão não é meramente técnica, mas profundamente política. Em 1975, perante a iminente retirada de Portugal, a proclamação unilateral da independência não foi um gesto precipitado, mas uma resposta à ausência de um processo claro, responsável e protegido de descolonização. O colapso da administração colonial, a guerra civil e o vazio de poder colocaram o território numa situação de extrema vulnerabilidade. A independência foi, então, um ato de afirmação do direito de um povo decidir o seu destino e de preservar uma autoridade legítima num contexto de abandono.



Seguiu-se a invasão indonésia, décadas de sofrimento e destruição, e, mais tarde, um referendo que, embora decisivo, deixou o país novamente devastado. Foi apenas com a entrada das Nações Unidas que se iniciou um verdadeiro processo de reconstrução do Estado, das instituições e dos órgãos de soberania. Em 2002, com a restauração da independência e a aprovação da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o país deu início ao seu percurso democrático.

Passados mais de 20 anos, Timor-Leste continua a enfrentar enormes desafios em áreas essenciais como a saúde, a educação, a justiça e as comunicações. Ainda assim, nunca colocou em causa o valor simbólico e político do voto como expressão da soberania popular.

É, por isso, contraditório que cidadãos portugueses residentes num país que tanto lutou pelo direito de escolher o seu destino continuem hoje privados, na prática, do seu próprio direito de voto, por incapacidade do Estado português em adaptar os seus mecanismos eleitorais à realidade dos países em desenvolvimento.

A solução existe e é politicamente inevitável e já tem sido muito debatida no âmbito do Conselho das Comunidades Portuguesas: o voto eletrónico, pelo menos sob a forma de

projetos-piloto em contextos específicos, como Timor-Leste, outros países ou regiões com reconhecidas limitações logísticas. Não se trata de uma inovação arrojada, mas de uma resposta proporcional a um problema concreto. Com as devidas garantias de segurança e de proteção de dados, o voto eletrónico pode e deve ser um instrumento de inclusão democrática.

Negar esta solução é aceitar que o exercício de um direito fundamental dependa da eficiência de serviços postais que o próprio Estado sabe serem inadequados. É, em última instância, uma forma silenciosa de exclusão política.

Garantir o direito de voto dos cidadãos no estrangeiro não é apenas uma questão administrativa. É uma escolha política. E num mundo cada vez mais digital, persistir em soluções que falham sistematicamente equivale a abdicar da responsabilidade democrática que o Estado tem para com os seus cidadãos.

Votar é um direito. E quando o Estado não cria as condições para que esse direito seja exercido, está, objetivamente, a privar os cidadãos da sua voz. O voto eletrónico em países em desenvolvimento não é um luxo tecnológico — é uma medida política necessária para garantir a democracia.



Filipe Silva

Conselheiro das Comunidades Portuguesas em Timor-Leste

CONCURSO LITERÁRIO

AS MINHAS FÉRIAS EM TIMOR-LESTE

asminhasferias.pt



Patrocinador





© Joaquim Magalhães de Castro

PASSAGENS

Uma ilha com nome de País

Ilha de Moçambique, Património da Humanidade

Esta ilha que deu nome ao país – não é um caso único mas é um caso singular – situa-se à entrada de uma bela baía a três quilómetros da massa continental, mede dois quilómetros e meio de comprimento e um quilómetro e meio na sua máxima largura, e percorre-se de uma ponta à outra numa hora apenas. Porém, caso o visitante decida assumir as rédeas do tempo, facilmente aqui estabelecerá um baluarte de sábia resistência à vida de correria e folguedos tolos, já que não é nada difícil ficar rendido aos encantos deste pedacinho de paraíso.

DE MACUTI E PEDRA E CAL

Existe uma clara linha divisória que separa a cidade cristã, ou cidade de pedra, a norte, da cidade indígena, ou cidade de macuti, a sul, constituída pelas palhotas tradicionais africanas, adaptadas ao clima. A amenizar com tons de verde o contrastante espaço arquitectónico, há coqueiros, figueiras da Índia e acácias vermelhas trazidas do Madagáscar.

A frota de Vasco da Gama fez aqui aguada em 1498, mas a ocupação portuguesa só aconteceria oito anos depois. Perpetuou-se a memória desse navegador numa estátua erguida em frente ao Colégio dos Jesuítas onde funciona hoje um museu, contíguo à Igreja da Misericórdia, um excelente local para apreciar o espólio resgatado ao processo de delapidação do património que anos de caos proporcionaram.

Pela sua posição estratégica, fulcral ponto de apoio à navegação, e também devido ao facto de o governo da colónia ter ficado aqui sedado até finais do século XIX, a Ilha de Moçam-

bique reúne o mais impressionante acervo arquitectónico de origem portuguesa em toda a África

Percorro as ruas de saibro ladeadas por casarões senhoriais com uma traça arquitectónica comum aos que encontramos nas cidades históricas do Brasil, da Índia ou um pouco por todo o Sudeste Asiático. Moradias pintadas de amarelo-torrado com umbrais brancos, varandas e janelas de guilhotina. Protegem as janelas do rés-do-chão finas barras de ferro e, nas esquinas, aferrolhados às paredes, sobressaem bonitos candeeiros de ferro forjado de cor verde e com motivos decorativos, se bem que a ferrugem tenha corroído grande parte deles.

PEDRA DE LIÓS E BURACOS DE BALAS

O café Âncora D'Ouro, propriedade de portugueses, é um bom exemplo desse meritório trabalho de gradual recuperação em curso. Dizem-me que é o melhor local para comer. A preço europeu, saliente-se. Quem opte por comer a preço africano deve dirigir-se à cidade de macuti, onde não faltam botequins ou vendedeiras sentadas nos muros que ladeiam as ruas, ou em frente ao mercado local, disponibilizando iguarias de confecção caseira. Em frente ao Âncora D'Ouro, a fachada branca de uma pequena igreja destaca-se do céu intensamente azul. Ali está instalado o Museu de Arte Sacra, como vem indicado no frontispício com a data 1700, embora a igreja deva ser anterior. A cinquenta metros dali, um pedestal sem estátua ergue-se no meio de uma praça ladeada por várias casas senhoriais bastante degradadas e a longa parede





© Joaquim Magalhães de Castro

leste do antigo colégio do Jesuítas que se prolonga até uma outra praça, já ribeirinha, pois a banda leste da Ilha de Moçambique é já ali.

Nas ruas o movimento é reduzido. Avisto um ou outro homem de bicicleta e várias mulheres, novas e velhas, com bacias à cabeça e baldes na mão. Vejo-as depois a entrar nos pátios interiores dessas imponentes casas onde se advinham estendais de roupa e crianças a brincar.

Os buracos de balas nas paredes conferem ao local uma atmosfera de ruína de guerra, pois esta também aqui se fez sentir com grande intensidade logo após o dito processo de descolonização.

CALÇADA DE XISTO

A fachada ocre da igreja do Colégio dos Jesuítas, com sino no campanário e um enorme relógio que não há muito tempo parou nas 7.30 horas de um dia qualquer, disputa as atenções com a estátua de Vasco da Gama, erguida numa praça embelezada por um género de calçada à portuguesa bastante peculiar. Aqui, pequenos paralelepípedos de quartzo e xisto substituem os tradicionais paralelepípedos de basalto e calcário que «exportamos» em grande quantidade para sítios como o Brasil ou Macau. O formato geométrico – motivos ondulados escuros sobre um fundo claro – é exactamente o mesmo.

Há nesta praça duas outras estátuas. Figuras femininas semi-nuas, quais estátuas romanas, verdes como os raros bancos de jardim. Só que neste caso, assemelham-se mais a mulheres indianas. Uma delas, em jeito de Estátua da Liberdade, enverga um facho que culmina num candeeiro. A estátua é, na realidade, um simples candeeiro. No metal, vários buracos

provocados por balas perdidas é mais um sinal de uma Moçambique outrora dividido. Saliento ainda a existência de um coreto – que não deve ter visto qualquer banda a tocar ali há muito, muito tempo – e do Edifício dos Correios e Telegrafia, o único sítio com computador e acesso à Internet em toda a Ilha. Ou seja, quando se consegue rede, o que nem sempre acontece.

A troco de uns magros meticais, e antes de avançar para a fortaleza de São Sebastião, tomo aqui uma espécie de pequeno-almoço, servindo-me dos deliciosos doces de banana frita caseiros que três meninas de sorriso luminoso transportam em bacias e pequenas caixas de plástico.

Deparo com mais casas em avançado estado de degradação, mas com pequenas hortas onde cresce milho, abóboras e árvores de papaia, o que não deixa de ser irónico.

Num edifício já recuperado, mas com a porta fechada, funciona o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, entidade que resulta do esforço conjunto do Governo moçambicano e da Unesco, que, a julgar pelo que vejo, tem imenso trabalho pela frente. As paredes de certas habitações estão de tal modo carcomidas pela erosão que apenas se vislumbram os blocos de saibro e o tradicional chunambo, constituído por areia, conchas e barro, pois essa era a argamassa de outrora. Casas há que nem paredes têm. Noutras, as janelas e portas que restam foram seladas com blocos de cimento e placas de zinco. Apesar de tudo vive ali gente, ou pelo menos há sinais disso. Pobres de hoje albergados nos palácios dos ricos de outrora; o antigo cafre que ocupa o anteriormente inacessível domínio do senhor branco.



© Joaquim Magalhães de Castro

A PRESENÇA DO ISLÃO

Sou interpelado por dois vendedores de colares de missangas, as tão faladas missangas! Também me mostram moedas portuguesas. E búzios. São de tal forma insistentes que me vejo obrigado a prometer que irei comprar algo mais tarde. Será difícil não cumprir a promessa, pois a Ilha é uma verdadeira aldeola onde todos se conhecem e todos se encontram ao dobrar da esquina, mesmo que tudo se faça para o evitar. Então, se confinarmos esta realidade à cidade de pedra, as probabilidades de passar despercebido são ainda mais escassas. Na parede do edifício com que me deparo mais adiante uma placa indica que estou perante a «primeira mesquita construída no nosso país, no século XIII». Muito antes da passagem de Vasco da Gama, o reino do xeque Moussa M'Biki (de onde deriva o nome Moçambique) era já um importante centro de intercâmbio comercial e cultural. Como resultado disso, multiplicaram-se etnias e crenças que ainda convivem neste exíguo espaço, apontado como exemplo de ecumenismo, como o comprova a frase «Unidos por Moçambique» escrita nas paredes da mesquita.

Não fosse a ténue chamada para a oração vinda das mesquitas e os barretes na cabeça de alguns dos homens, seria im-

possível distinguir os muçulmanos dos cristãos ou estes dos hindus. O islamismo está há muito tempo aqui instalado, tal como no Golfo da Guiné, se bem que na costa oriental africana tenha chegado por via marítima e não com as caravanas que estoicamente cruzavam as regiões mais inóspitas do planeta.

FORTALEZA E A MEMÓRIA DE CAMÕES

O bastião leste da fortaleza de São Sebastião está mesmo ali, assente na barreira natural do coral. Quando a maré vaziar por completo poderei certamente circundá-la, para assim melhor poder apreciá-la. Uma vedação de chapa ondulada é sinal que parte da estrutura sofre obras de restauro, estando por isso todo o monumento fechado ao público. Porém, o militar no alto da ameia, e que me confirma esse facto, dá-me a entender que se lhe pagar algum dinheiro permitirá que eu entre para fazer uma breve visita. Para além de não querer pactuar com esse tipo de estratagema, a verdade é que, por enquanto, sinto-me satisfeito com o que vejo a partir do exterior.

A muralha, com bastantes canhões assentes nas ameias, prontos para um combate que jamais acontecerá, aparenta estar em óptimas condições.



© Joaquim Magalhães de Castro

O militar percorre o parapeito interior das ameias, seguindo-me sempre com o olhar, esperando certamente que aceite a sua proposta, e até me faz continência quando me vê tirar fotos da fortaleza de diferentes ângulos. Dedico particular atenção à entrada principal, caracterizada por um bonito brasão com as armas de Portugal e a uma vistosa janela, ambos em mármore, que se destacam da muralha de granito maciço.

Existe aí perto uma pequena enseada com uma árvore submergida nas águas calmas e tépidas e os restos de um barco de madeira enfiados na areia. Esta é a única praia da ilha digna desse nome.

Na praceta em frente, junto a um obelisco que honra os mortos da Segunda Grande Guerra e que foi vandalizado na sua parte inferior, encontro mais vendedores de missangas e de

moedas antigas. Ao largo do canal de Moçambique passam graciosas embarcações – os zambucos – de panos desfraldados, repletos de pessoas vindas das ilhas vizinhas.

A parte leste desta ilha é mais agreste e a praia quase inexistente. Para norte, uma dessas peculiares calçadas à portuguesa liga a Casa Branca à fortaleza, havendo no intervalo um hotel gerido por indianos, um jardim e um centro de férias.

Em frente à Casa Branca está uma estátua de Luís Vaz de Camões, sem qualquer placa que a identifique, embora o vate tenha sido um dos mais ilustres residentes deste local.

A Ilha de Moçambique percorre-se num dia, mas digere-se mal se não permanecermos aqui, no mínimo, uma semana, tal é o número de surpresas que nos reserva. Pelo menos é isso o que tenho ouvido dizer dela. Infelizmente, não me posso dar ao luxo de ficar todo esse tempo.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador



| ARTES E ARTISTAS LUSOS

Altina Ribeiro

[Website oficial](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Nascida a 25 de setembro de 1960, em São Vicente da Raia, no Nordeste de Portugal, Altina Ribeiro deixou o país com a família em 1969, rumo a França. A experiência da emigração, o choque entre duas culturas, a memória da ditadura salazarista e as histórias de quem viveu entre Portugal e França tornaram-se matérias centrais da sua escrita.

*Depois de iniciar a vida profissional num escritório de advogados e de retomar os estudos já adulta, Altina Ribeiro estreou-se na literatura em 2005 com *Le fado pour seul bagage*, uma obra autobiográfica posteriormente adaptada ao teatro e traduzida para português com o título *De São Vicente a Paris*. Ao longo do seu percurso, publicou também obras como *Alice au pays de Salazar*, *Dona Zezinha*, *Trois notes de blues pour un fado* — em coautoria com Dan Inger — e o romance *(Il)légitime*. A sua escrita cruza memória pessoal, identidade, imigração, relações familiares, educação e história. Nesta entrevista, fala sobre as raízes da sua vocação literária, a importância de preservar as memórias da emigração e o modo como transforma testemunhos de vida em literatura.*

A sua obra nasce frequentemente de histórias reais e de percursos de vida marcados pela emigração. O que a atrai nestas narrativas e porque considera importante preservá-las através da escrita?

A minha aventura literária começou pela escrita da minha história. As que seguiram, foram também histórias reais marcadas pela emigração porque as pessoas que me pediram para escrever os seus percursos de vida foram emocionadas pela maneira de eu escrever. O que me atrai nestas narrativas é o facto de serem histórias pessoais numa história coletiva. É importante preservar estas narrativas para não esquecer o que algumas pessoas tiveram de suportar para fugir à ditadura e para ter consciência da sorte que temos de viver em democracia.

Em “*De São Vicente a Paris*”, revisita a sua própria história e a da sua família. Como foi

transformar memórias pessoais em literatura e que impacto teve esse processo em si?

Quando comecei a escrever a minha história, foi com o intuito de partilhar uma infância fora do comum que tive a sorte de viver na pequena aldeia transmontana onde nasci. Vivíamos sem conforto, mas ignorávamos a existência do que não tínhamos. Por isso, vivíamos muito felizes. Além disso, éramos ricos de ajuda mútua e de partilha. Éramos uma grande família. Foi muito importante para mim reviver os meus lindos momentos de criança durante a escrita deste primeiro livro.

Ao longo dos anos, tem retratado diferentes gerações de portugueses emigrados. Como vê a evolução da relação das comunidades portuguesas com as suas raízes e identidade cultural?

Todas as gerações das comunidades portuguesas têm uma relação muito grande com as

suas raízes. As pessoas que vivem longe do país de origem sentem mais carinho pelo cantinho onde nasceram e pelo país.

Muitas das suas personagens enfrentam desafios ligados ao desenraizamento, à adaptação e à procura de pertença. Considera que estes continuam a ser temas atuais para os emigrantes de hoje?





A emigração de hoje é diferente. Nos anos sessenta, a maior parte dos portugueses emigraram clandestinamente. Naquele tempo, a vida em Portugal era muito diferente. Entre a ditadura e a democracia, não há comparação. Agora, o desenraizamento não é tão forte porque já não existe tanta diferença entre Portugal e os países de acolhimento, como a França.

O livro “Dona Zezinha – A Vida Singular de uma Professora” recupera uma história inserida no contexto do Estado Novo. Que reflexões pretendeu suscitar sobre esse período da história portuguesa?

Esse livro trata de uma história que me foi contada pelo filho de uma regente escolar. O crescimento demográfico da época exigia a criação de postos de ensino suplementares, a nível nacional, para aliviar a sobrecarga das escolas situadas nas cedes de freguesia e levar instrução às aldeias isoladas, da qual muitas crianças viviam privadas por falta de docentes e de infraestruturas. Na minha autobiografia, descrevo a escola com o olhar de uma aluna que eu era. Fiquei muito interessada pelo tema do ensino durante o Estado Novo através a história de uma professora. Pretendi suscitar o interesse dos alunos atuais que não imaginam a sorte que têm de poder estudar e também a complexidade do ensino primário que era utilizado para a propaganda da ditadura.



Depois da autobiografia e da biografia, avançou para o romance com “(Il)légítima”. O que mudou na sua forma de escrever ao entrar mais profundamente no território da ficção?

A escrita do meu primeiro romance foi uma nova experiência. Apesar de ser inspirado de uma história verdadeira, a parte de ficção foi a mais importante. O exercício foi mais difícil porque tive que re-

correr à minha imaginação. Mas foi também muito agradável porque senti-me mais livre.

Que desafios enfrenta uma escritora que vive entre duas culturas e duas línguas? Essa dualidade enriquece ou dificulta o processo criativo?

Viver entre duas culturas e duas línguas enriquece muito. Pessoalmente, escrevo em francês porque



é nessa língua que me sinto mais à vontade. O meu desafio foi traduzir a minha autobiografia e “Dona Zezinha” em português. Precisei de ajuda e foi para mim um exercício muito enriquecedor.

Depois de vários livros dedicados a histórias humanas intensas e inspiradoras, que projetos literários tem atualmente em desenvolvimento e o que pode revelar aos seus leitores sobre o futuro da sua escrita?

O meu próximo livro trata da história de um exilado que fugiu a ditaduras e golpes de estado entre Portugal, Brasil, Chili e França.

Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

Desejo muita inspiração e muitas felicidades aos autores, criadores e artistas do mundo.

A M B I E N T E

Tantas casas para tão pouca gente

Tanta gente para tão poucas casas

Muitas são as aldeias que calcorreamos de lés-a-lés e não encontramos vivalma. O mesmo não se poderá dizer das casas. Estas, estão espalhadas por todo o lado. Umas, pequenas e antigas, com as paredes de granito já escurecidas pelo tempo. Outras, grandes, de dois ou três pisos, varandas largas e alpendres, grandes janelas, portões de ferro e garagens de dimensões generosas. São, muitas delas, particularmente estas últimas, casas de emigrantes. Foram construídas ao longo das últimas décadas, com dinheiro ganho longe, com anos de trabalho em

França, na Suíça, no Luxemburgo, na Alemanha, no Canadá ou em tantos outros lugares para onde partiram num tempo em que ficar não era opção.

Todas e cada uma dessas casas contam uma história que não aparece retratada nas estatísticas oficiais. São o resultado de uma vida inteira de trabalho e de uma vontade muito portuguesa de deixar alguma coisa para os vindouros. Aqueles que partiram quiseram construir a casa na terra que os viu nascer. Não apenas uma casa de férias modesta para viver durante um mês no ano, mas uma prova visível de que a partida tinha valido a pena. A casa na aldeia materializa uma espécie de regresso antecipado, mesmo sabendo que o regresso definitivo, provavelmente, nunca chegará a acontecer.

O problema é que, entretanto, o tempo passou e a terra mudou. As casas permanecem como um marco para lembrar quem nelas viveu, mas as pessoas foram desa-

parecendo, uns para o estrangeiro, outros para o além. Fechou a mercearia, o café e a escola, não necessariamente por esta ordem. A aldeia não fecha de uma vez, vai fechando, aos poucos. Apesar de muitas casas continuarem de pé, muitas delas bem tratadas, com as paredes pintadas e o jardim aparado, ao lado, porém, os terrenos começam a ganhar silvas, o muro caiu num canto, a água da chuva infiltra-se noutro, e abre regos profundos nos caminhos. O mato aproxima-se cada vez mais dos povoados, sinalizando a ausência dos rebanhos que outrora o mantinham rasteiro. Ficamos com a sensação de que há qualquer coisa de estranho nesta paisagem. Temos muito património construído, mas pouca gente para o habitar. Temos casas que permanecem fechadas onze meses por ano e terrenos que já ninguém cultiva. Há garagens vazias, quartos onde já ninguém pernoita e cozinhas pensadas para uma família que entretanto se dispersou pelos quatro cantos da Euro-





pa e do mundo. Construímos a pensar no futuro e acabámos, sem dar por isso, a construir para um mar de gente que já não existe.

Todavia, basta percorrer o país e chegar a uma grande cidade para encontrarmos o paradoxo que se nos apresenta como o reverso da moeda. Em Lisboa, no Porto, em Braga, ou noutras cidades onde se concentram empregos, universidades e serviços, há gente a perder de vista à procura de casa, e casas que custam cada vez mais. Há jovens que trabalham e não conseguem arrendar um simples e modesto apartamento, famílias que adiam sair de casa dos pais e pessoas que passam horas em transportes porque viver perto do trabalho se transformou num luxo demasiado caro. Nas cidades parece haver pessoas demais para as casas que existem; nas aldeias, casas demais para aqueles que ficaram. Somos, pois, um país de muitas casas vazias e de demasiada gente sem casa!

Estamos, pois, perante uma contradição que diz muito sobre o país que fomos construindo. Durante décadas deixámos que a população se concentrasse onde havia trabalho e que o interior fosse deixado para trás, ao abandono. Depois continuámos a construir, muitas vezes sem que nos perguntássemos quem iria ali viver. O emigrante construía porque um dia queria voltar. Por sua vez, o município licenciava porque aprovar novas construções era um sinal de desenvolvimento

e encaixe garantido de receita. A aldeia via com bons olhos a construção de mais uma casa nova. E tudo parecia estar bem, só que ninguém pensou na falta de população que naquela época já não conseguia ocupar todas aquelas casas.

Urge ressaltar que, as casas dos emigrantes merecem ser olhadas para além da caricatura, tantas vezes injusta, da varanda em mármore, do portão alto ou da fachada vistosa. Há em cada uma delas uma história social importante. Muitas dessas casas foram pagas com sacrifício, com salários ganhos a limpar hotéis, trabalhar em fábricas, na construção civil, nos campos ou em restaurantes dos países estrangeiros de acolhimento. Foram construídas por pessoas que passaram décadas a contar francos, dólares, marcos ou euros para poderem levantar quatro paredes e um telhado na terra onde nasceram. Por essa via, não me parece justo olhar para elas apenas como exemplos de mau gosto ou de desperdício de recursos.

O problema começa quando percebemos que uma casa não vive sozinha. Precisa de uma aldeia viva ao seu redor, de caminhos cuidados, de comércio, de transportes, de vizinhos, de agricultores, de alguém que abra a porta não apenas no mês de Agosto. Uma casa pode permanecer impecável durante anos, mas uma terra sem gente acaba por se degradar. Talvez este seja um dos grandes desperdícios silenciosos do



interior de Portugal: termos construído tanto para uma população que entretanto foi viver para outro lugar. E, ao mesmo tempo, no reverso da moeda, termos cidades onde uma parte da população já não consegue pagar uma casa ou, mesmo quando consegue pagar, não existem casas disponíveis no mercado de arrendamento ou para comprar.

Importa referir que, não precisamos necessariamente de transformar as casas vazias das aldeias em apartamentos urbanos, nem de imaginar que todas as pessoas que vivem no Porto ou em Lisboa irão mudar-se amanhã para o interior. Isso seria uma utopia. A questão é outra e é profunda. É preciso que se perceba porque chegámos a este ponto e se ainda vamos a tempo de sair dele através da aproximação destas duas realidades. Porque, sejamos pragmáticos, enquanto houver aldeias com dezenas de casas fechadas e cidades onde milhares de pessoas procuram desesperadamente um lugar para viver, alguma coisa está profundamente desequilibrada

neste país e em muitas outras partes do mundo, pois não se trata de um problema exclusivamente português.

Talvez um dia os filhos dos emigrantes regressem às casas que os pais construíram. Ou talvez não. Pois, muitos desses filhos já nasceram longe e têm a vida, o trabalho e os amigos noutros países. Algumas das casas ficarão para herdeiros que mal as conhecem e que nunca lá irão viver. Outras serão vendidas. Outras continuarão fechadas e abandonadas, como pequenas cápsulas de um tempo em que partir para a Europa ou para a América era a única maneira de construir uma vida melhor.

E é possível que daqui a alguns anos alguém passe por uma dessas aldeias e veja essas mesmas casas, algumas de pé, outras em ruínas. E, talvez esse alguém se pergunte como foi possível haver tantas casas para tão pouca gente, quando nas cidades havia tanta gente para tão poucas casas. Como foi possível chegarmos aí?



Vitor Afonso
Mestre em TIC

LUSO-CRIANÇA

Para Sempre, Luísa

*Quando o mundo se fechou e se fez silêncio,
a poesia abriu caminho para as juntar;
Sarah levava sonhos na voz e no pensamento,
Luísa, palavras bonitas para lhe dar.
Entre chamadas e ecrãs nasciam sorrisos,
e a distância rendia-se àquela ligação;
assim, entre poemas, afetos e risos,
Luísa fez morada no seu coração.*

*Até que chegou o abraço tão esperado,
e já nenhum ecrã as podia separar;
Sarah encontrou, naquele olhar delicado,
um afeto que nem os livros sabem contar.
Luísa já não era apenas a escritora,
era a amiga que a fazia sorrir;
a poesia unira os seus mundos desde a primeira hora,
num laço que o tempo não poderá partir.*

*Hoje, Sarah guarda cada lembrança
como um tesouro que o tempo não levou;
leva consigo a ternura e a esperança
desse carinho tão bonito que ficou.
E enquanto houver poemas na memória,
Luísa e a sua Menina Poesia hão de sorrir;
pois há amizades que começam numa história
e ficam dentro de nós, sem nunca partir.*



Sarah Luz
"Poesia de Cor"

TRADIÇÕES LUSAS

Doçuras e delicadezas ... de sabor amendoado Parte I



Debaixo da amendoeira da tua amiga, quando
a primeira lua de Agosto se levantar em cima da casa,
poderás sonhar, se os deuses sorrirem, sonhos de um outro ...
Antiga canção chinesa

Enquanto mais de metade deste planeta...

cada vez mais atrapalhado, continua a apoquentar-se com a subnutrição e a fome, uma pequeníssima parte vive alucinada com as ancas exageradas, lábios adelgaçados, seios já pouco empinados, formatos desorientados, com as obsessões adiposas e as celulites impróprias às novas modas biquineiras. Nesta hipócrita cacholice, a «maldita» doçaria é um dos principais inimigos a abater ou, vá lá, a tolerar em acor-

dos de violação constante. Esta mea culpa, partilhada com outros prazeres gastrófilos, é também a angústia das actuais cozinhas de regime, da gastronomia castrante e apedeuta, da alimentação das grichas esfancadas — o prazer desacreditado e incompreensível da futilidade contemporânea.

Sortes de outros tempos

Felizmente que freiras e monges de outrora não se preocuparam com aqueles predicados de formosura, abominaram essas aflições sofredoras e entretiveram-se a fazer, experimentar e a devorar bolos e doces. Dizem-me os cochicheiros de hoje que esta imoderada e atrevida paixão doçaina foi não só a ocupação dos tempos sobranes às pré-



dicas oratórias, mas, principalmente, o contraponto artístico ao bordado pantomineiro, ao canto esganiçado e à caridade encenada. Alguém chegou mesmo a opinar que biscoitos, bolachas, bolos e bolinhos, pastéis, tortas, ovos-moles, sopas doces, torrões, aletrias, xaropes, licores, até o venerado vinho, teriam ainda ciência de Idade Média não fossem os tais créditos conventuais, a gulodice perdoável e a sabedoria providencial de quem entregou parte do corpo e da alma ao voto e ao hábito de reclusão. Aliás, nem outra coisa seria de esperar se associarmos este prazer gastronómico às condições corporais de chamego e à galanice que estes habitantes monásticos rapidamente esqueciam nos respectivos retiros de recolhimento espartano ou de clausura azarada. Outros estarão eternamente gratos aos céus por estes esfaimados artistas terem posto de lado a música, a pintura e a escrita – artes expostas e libertárias – e dedicarem os seus dotes a artes mais caseiras e intimistas, de jeitos e trejeitos melúricos, que prometiam a remissão dos pecados das arrelias divinas (...). A arte elevou-se, ainda mais, tendo em conta a sobriedade e a contenção dos produtos para que o pecado fosse de perdão mais facilitado; a renúncia rejeitada em surdina e a retoma tivessem segredo bem guardado e só de dito a quem merecesse tal graça.

Conversar, então, sobre doçuras e delicadezas...

de sabor amendoado.... é praticar, descobrir e apre-
goar gemas e claras de ovos, farinhas trigas, açúcares e méis,
canela, calondros ... é, necessariamente, ter de fabular sobre

as amendoeiras que os portugueses seduzidos pela sua cor branca florida a compararam à subtileza feminina, ao contrário dos quixotescos castelhanos que, por a considerarem uma árvore tão viril, lhe deram um nome masculino – almendro. É entrar no mundo da mitologia grega que homenageia esta espécie e a sua beleza primaveril através da história da bela princesa Phlys, transformada por Hera em amendoeira enquanto esperava pelo seu amado Démophon da guerra de Tróia e que florescia ao seu beijo de chegada tardia (era a simbologia grega à personificação funerária do inverno na jovem princesa e ao sol primaveril que faz renascer a vida e a árvore florir no beijo do jovem guerreiro) ... é evocar o furor que fazia nas orgias romanas ou na inspiração dos pintores da libertina Pompeia!

Retrocedendo nos tempos, aos primórdios agrícolas para que esta conversa de sabores amendoados seja mais amaneirada e tecnicamente algo sustentada, registo alguns episódios breves de consistência histórica ou de natureza lendária. É certo, por exemplo, que a agricultura fenícia, documentada em textos assírios, babilónicos e bíblicos, estruturava a sua produção frutícola com tâmaras, figos, romãs, maçãs, marmelos, uvas, pistácios, amêndoas... e que o contributo calórico na alimentação dos cartagineses era procurado, essencialmente, nos pistácios, amêndoas e castanhas (...). No Mundo Clássico, os campos gregos que bordavam as planícies de vinhedos, as searas trigueiras e as hortas próximas das povoações, eram apetrechados de amendoeiras e fi-



gueiras e enfeitados de marmeleiros, sorveiras, nespereiras, macieiras e romazeiras. Por sua vez, ao adotarem os hábitos alimentares mediterrânicos, a partir do séc. I, os romanos privilegiaram nos frutos secos, a amêndoa, denominando-a de *nux greca* (*nux longa* ou *nux thasia*), os pinhões e as nozes. E foram eles, a conselho do agrônomo Columela, quem primeiramente a entenderam como cultura económica e a dispersaram pelas «terras duras, quentes e secas do Mediterrâneo» (...) Nas ementas bizantinas do séc. XII, a amêndoa assume-se como diferenciadora dos manjares mais festeiros e arrojados. Até nas mesas do povo, se exibia a cópia do frango desossado com um recheio de amêndoas e mel servido nos banquetes do imperador.

A propósito do frango...

este terá sido o primeiro animal, na tradição persa, a faltar-se de um preparado de amêndoas, pão, especiarias e ervas aromáticas. Só mais tarde é que os peixes gordos – carpa, sável, atum e sardinhas – foram entremeados com idêntico recheio, cobertos de açúcar cristalizado, após a primeira cozedura, e levados em prato de barro a uma segunda cozedura.

Será, no entanto, a cozinha árabe que marcaria a viragem classificativa da amêndoa. Da alimentação calórica e básica, foi remetida para a classe dos ingredientes que podem modificar o sabor e as propriedades dos alimentos, logo a seguir aos chamados perfumes comestíveis – almíscar, âmbar,

água de rosas, açafraão, canela, noz-moscada, etc. De prólogo merendeiro passou para epílogo comensal em sobremesas de remate, à base de amêndoas moídas e de açucarados de nozes. Assim, a pastelaria e os doces de colher, nesta cozinha árabe ou arabizada, passam a ser o desfecho das refeições metódicas; os biscoitos ficam remetidos para mantimento providente das viagens longas, e a rosquilha é o bolo doce destinado às jornadas mais curtas. Porém, nem esta doçaria longeva, confeccionada a temperaturas moderadas para que a cozedura fosse durável e de fácil conservação, dispensou as amêndoas, muitas amêndoas, às vezes demasiadas amêndoas, nozes, pistácios, açúcar, mel, especiarias, sêmola de trigo, poucos ovos e, raramente, uma pequena regada de azeite. O povo árabe foi, naturalmente, o mestre pasteleiro da futura doçaria conventual que sentiu na amêndoa a excelência e a regalia do extâse do prazer do açúcar. Até o primonato arroz-doce, espécie de papas doces deste cereal e leite de amêndoa – a mamomia italiana do séc. XIV/XV – tem procedência árabe, assim como outra referência italiana mais ancestral – a *somacchia* – frango com sumagre e amêndoas, parêlo do frango vinagreiro de alguns locais do Douro Superior e Vale do Côa (...). Na Catalunha, desses tempos, o arroz mais apreciado era cozido em leite de amêndoas, e o molho de várias carnes ainda hoje é facturado com amêndoas moídas e o respectivo leite. Também estes preparados são de aprendizagem arabizada. Em Portugal, essa influência amendoeirana é bem notória no “Livro” de Cozinha da In-



fanta Dona Maria. Assim, quase posso concluir que a amêndoa, certas especiarias, o açúcar, a água de rosas, o sumo de frutos ácidos, o doce e o picante, são cunhos caracterizadores da cozinha árabe. E o Vale do Douro, barreira complexa e atribulada do domínio portugalense a este povo, foi reflexo não só das lendas de mouras encantadas mas, igualmente, dos legados gastronómicos amendoados, nunca desligados do fascínio inercial e da saudade primaveril. De Alfândega da Fé a Lamego não faltam fantasias narrativas destas heranças gastrolatas.

O povo judaico menos dado a estes encantos...

mais sóbrio e abstinente, forreta quanto baste, no dizer do nosso povo, também deixou nos nossos hábitos alimentares o uso multifacetado da amêndoa. Por exemplo: o jantar que interrompia o jejum, depois de aparecerem as primeiras estrelas, tinha de ser succulento com aves de capoeira, guisado de atum ou pescada com beringelas, uvas, figos, amêndoas e ovos; durante a Páscoa, os preceitos da abstinência eram de pão ázimo, massas de amêndoas e grão-de-bico caramelizado, semelhante ao pudim de erbanços de Vinhais e Bragança, saber transmitido, provavelmente, pelos judeus provenientes das colónias de Benavente e Zamora. A amêndoa moída,

granitada, amassada ou inteira, era suficientemente apreciada e a amêndoa salgada ou torrada era um petisco vulgar.

Neste período, em todo o mediterrâneo e áreas influenciadas

a amêndoa instituiu-se ainda na cozinha dietética, em parceria com nozes e figos servidos em conjunto e à sobremesa. Foi o reconhecimento acrescentado pelos nutricionistas da época. Mais tarde, na revolução industrial do séc. XIX, os produtores de óleo de Hamburgo criaram um óleo de amêndoa solidificado e de baixo teor de acidez para a alimentação, e o respectivo bagaço para a engorda dos animais. Não tardou, e transformaram-se em fabricantes de sabonetes à base de óleo de amêndoa. Foi a descoberta de outros proveitos amendoados. E a Itália, sorrateiramente, oportunista, espertalhona, organizou-se como o grande exportador de amêndoa até à invasão maciça da produção californiana dos anos 70. Em Portugal, Alto Douro e Algarve providenciaram o mercado nacional e aventuraram-se um pouco no comércio externo.

A amêndoa integra-se definitivamente na pastelaria do século XX

de todo o mundo herdeiro da cultura conventual.



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Menos relação, mais depressão:

o alerta que ignoramos



Ainda pensamos a depressão como falha privada, atribuída a quem “não aguenta” ou “não reage”. Mas esta leitura individualizante apenas repete o ar que respiramos, uma atmosfera que desvaloriza a relação e reduz cada um ao seu desempenho solitário. A depressão não nasce sozinha; nasce da forma como o mundo nos pede, todos os dias, que não sintamos. Quando alguém adoece depressivamente, não é apenas um corpo que falha por dentro; é o próprio ar que se torna impossível de habitar. Vivemos num tempo que confunde felicidade com eficiência e tristeza com defeito moral.

A aceleração tornou-se lei silenciosa, a pausa quase impossível. E, nessa impossibilidade, vamos tentando corresponder ao ideal, virando-nos contra o corpo como quem tenta impedir o desmoronar de um mundo inteiro para não perder o laço. O esforço para não decepcionar é o mesmo esforço que esgota. Cabemos num ideal desumano porque tememos não caber no outro. É deste atrito íntimo e social que tantas vezes nasce a depressão.

E há ainda um agravante. Uma cultura que diz exatamente aquilo que falta, mas raramente oferece o que promete.

Fala-se de saúde mental, de pausa, de cuidado, de empatia, mas tudo fica à superfície, como palavras que não encontram corpo. Criou-se um vocabulário da escuta sem a disponibilidade para escutar. Diz-se que podemos abrandar, enquanto tudo acelera; que a tristeza é legítima, enquanto se penaliza qualquer hesitação; que devemos pedir ajuda, enquanto a ajuda chega frágil ou tarde. O mundo enlouquece não apenas pela falta, mas pela encenação da presença, essa promessa que falha no instante em que é chamada e que tantas vezes repete ausências antigas.

A depressão não é ausência de vida. É, paradoxalmente, um gesto de preservação, um corpo que abrandar para impedir a queda, um pensamento que pesa para travar a lógica que corrói. Mas o gesto que salva também aprisiona; torna-nos reféns daquilo que já não conseguimos sustentar.

Entre resistência e cativo, a depressão murmura que algo deixou de ser habitável. A desvalorização subjetiva é sempre eco da desvalorização do ambiente. Muitas pessoas chegam à terapia dizendo ter tudo, enquanto

carregam um vazio que não encontra direção. Exige-se positividade constante, e a tristeza torna-se inadequada. Mas é na tristeza que reconhecemos a falha de encontro, a dor de não sermos vistos. Só quando a tristeza pode existir, sem fuga e sem perseguição, reencontramos uma autonomia viva. A depressão lembra, de modo duro, que a vida emocional exige verdade, e a verdade não brilha sempre. A experiência adoece quando não encontra lugar onde pousar. Perdas abruptas, ritmos incoerentes, presenças prometidas que se desfazem em urgência.

Quando não há espaço para metabolizar, para pensar, adoecemos. E quando o laço falha, por cansaço ou por pressa, o corpo procura outras formas de chamar o outro. A depressão é uma delas, uma carta silenciosa endereçada a um mundo que deixou de chegar. Cuidar da depressão pede tempo e vínculo, dois bens que o mundo nos retira. Na psicoterapia, na psicanálise, devolve-se o direito à pausa, à escuta, ao movimento interno que não precisa ser rápido. O trabalho não é expulsar a tristeza, mas torná-la habitável, permitir que en-

contre linguagem. E, para isso, é preciso alguém que escute sem exigir que sejamos mais do que podemos, isto é, que não sejamos menos do que somos. Talvez seja isto que a depressão revela: a insuficiência de um tempo que já não sustenta. Um tempo que passa depressa demais para que alguém respire. E, no entanto, é também dessa falta que algo pode nascer, o reconhecimento da necessidade, o direito ao cansaço, o gesto de abrandar. A depressão devolve-nos à condição mais antiga: existimos no olhar que nos acolhe e no momento em que, enfim, nos vemos.

É nesse intervalo, onde a pressa cede, que algo se recompõe em silêncio. Uma fenda mínima por onde o ar volta a entrar.

E talvez seja dessa fenda, desse ar que regressa devagar, que surja um primeiro movimento de recolha, quase impercetível. É nele que a atenção, antes dispersa, encontra um lugar onde pousar. Porque quando o tempo deixa de nos expulsar, começamos a ouvir de novo o rumor das presenças. E é nesse rumor, tão tênue quanto persistente, que a vida volta a reconhecer-se acompanhada.



Patrícia Câmara
Psicóloga/Psicanalista



FUNDAÇÃO AEP

Como transformar a diáspora qualificada

Num fator de competitividade para Portugal

Durante décadas, a emigração portuguesa foi contada como uma história de perda: de braços, primeiro, e de cérebros, depois.

Essa leitura já não chega. Portugal tem hoje fora das suas fronteiras uma geração de engenheiros, médicos, investiga-

dores, gestores e especialistas digitais que trabalha nas empresas, universidades e centros de decisão mais exigentes do mundo. A questão estratégica deixou de ser apenas “como evitar que saiam” e passou a ser “como pôr esse talento a trabalhar também para o país”.

Os números mostram um fenómeno de dimensão estrutural. Segundo o Observatório da Emigração, Portugal teria em 2024 cerca de 1,8 milhões de nacionais a viver permanentemente no estrangeiro, o equivalente a aproximadamente 17% da população residente. Os fluxos de saída abrandaram — cerca de 65 mil pessoas em 2024, em grande parte pela quebra da emigração para o Reino Unido após o Brexit — e deverão estabilizar entre 60 e 65 mil por ano.

É importante não simplificar: a maioria dos emigrantes portugueses continua a não ter formação superior, sobretudo nos destinos tradicionais como França e Suíça.

Mas é precisamente por isso que o segmento qualificado merece atenção própria.

Nos Países Baixos, na Bélgica ou nos países nórdicos, a emigração portuguesa é já dominada por profissionais com formação superior. E os vistos de trabalho concedidos a portugueses pelo Reino Unido depois de 2021 concentram-se em finanças e consultoria, tecnologias de informação, saúde e engenharia — exatamente as áreas de que a economia por-

tuguesa mais precisa. Este novo emigrante tem um perfil diferente do de gerações anteriores. Sai mais tarde, depois de concluir estudos em Portugal; circula entre vários países ao longo da carreira; mantém ligações diárias ao país através das redes digitais; e não encara a partida como definitiva. Muitos trabalham em regime híbrido ou remoto, alguns já o fazem a partir de Portugal para empregadores estrangeiros. A fronteira entre “quem ficou” e “quem partiu” é hoje muito mais porosa do que as estatísticas sugerem.

A formação de cada um destes profissionais foi, em larga medida, financiada pelo país.

Deixá-los desligados é desperdiçar um investimento público considerável. Mas há uma leitura mais ambiciosa: a experiência que acumulam lá fora — em mercados, tecnologias, redes de contactos e práticas de gestão — é precisamente o que falta a muitas empresas portuguesas para crescer, inovar e internacionalizar-se.

Países como a Irlanda, Israel ou a Índia perceberam há muito que a diáspora qualificada é uma extensão da sua eco-





nomia. Os seus emigrantes abriram portas a investimento estrangeiro, criaram pontes entre ecossistemas de inovação e, em muitos casos, regressaram com capital e conhecimento para fundar empresas. Portugal tem condições para fazer o mesmo, mas precisa de passar de uma política de comunidades centrada na dimensão consular e cultural para uma verdadeira estratégia económica de talento.

Portugal sabe pouco sobre as competências da sua diáspora. É necessário um mapeamento voluntário e permanente, que identifique setores, funções, empresas e geografias, articulado com as associações, os consulados e as universi-

dades. Sem este conhecimento, qualquer política será feita às cegas.

Portugal não pode competir com os salários de Zurique ou Amesterdão no curto prazo. Mas pode competir em algo que nenhum outro país oferece aos seus emigrantes: pertença, qualidade de vida e a possibilidade de fazer a diferença no país de origem.

O desafio é converter esse vínculo afetivo em cooperação económica. Um país com quase um quinto da sua população lá fora não é um país mais pequeno — é um país maior do que o seu território. Está na hora de agir como tal.

Fontes: Observatório da Emigração (CIES-Iscte), Emigração Portuguesa 2025 e Portuguese Emigration Factbook 2024.



Paulo Dinis
Diretor Executivo da Fundação AEP

Somos milhões Somos aild

A I L D . P T

A large crowd of people, seen from above, walking on a wide, light-colored path that recedes into the distance. The path is composed of many parallel lines, creating a sense of depth and movement. The people are small figures, mostly in silhouette, moving towards the horizon. The background is a solid teal color.

GERAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Retratos da nova emigração

Andreia Dias, de Lisboa para Bruxelas

Andreia Dias tem 30 anos, é licenciada em Economia e tem um mestrado em Gestão. Nasceu e cresceu em Lisboa, mas vive há dois anos em Bruxelas, na Bélgica, para onde decidiu emigrar em busca de independência, de melhores condições de vida e de reconhecimento profissional. Encontrou tudo isso naquela que passou a ser a sua segunda casa, embora continue a sentir saudades

da família e do clima português. Reconhece que, ontem como hoje, as motivações para deixar o país natal e partir em busca de uma vida melhor continuam a ser semelhantes. Nesta entrevista, fala do caminho que percorreu, das conquistas que alcançou e deixa alguns conselhos aos jovens que se questionam se devem ou não partir para trabalhar “lá fora”.





O que faz na Bégica?

Profissionalmente, trabalho numa empresa de investimento com impacto, cuja missão é financiar projetos de eletrificação em África. É um trabalho que me permite juntar a área financeira a um propósito com o qual me identifico e que, ao mesmo tempo, me tem dado a oportunidade de conhecer países e realidades que nunca imaginei vir a conhecer.

O que a levou a tomar a decisão de emigrar?

Desde que terminei a faculdade que tinha um bichinho dentro de mim a dizer-me que o mundo era enorme e que eu tinha de ir conhecê-lo. Na altura, achei que ainda não estava preparada e que precisava primeiro de ganhar alguma experiência profissional para, mais tarde, me poder candidatar a oportunidades no estrangeiro. Comecei, por isso, a trabalhar em Portugal. Fui ficando cada vez mais confortável e, aos

poucos, a ideia de emigrar começou a ficar mais distante.

Aos 27 anos, ainda a viver em casa dos meus pais e um pouco mais insatisfeita com o meu trabalho, essa vontade voltou a crescer. Queria sair de casa dos meus pais, ter o meu próprio espaço e começar uma vida verdadeiramente independente. No entanto, sentia que o meu salário não me permitia arrendar uma casa, suportar as despesas e, ao mesmo tempo, continuar a ter uma vida social ativa e qualidade de vida. Foi aí que comecei novamente a olhar para o estrangeiro.

Que fatores em Portugal mais pesaram nessa decisão?

Queria viver a minha vida, crescer, ter a minha casa e ser independente, e sentia que em Portugal não estava a conseguir encontrar as condições para isso. Cheguei a procurar outros empregos com salários melhores, mas muitas vezes vinham acompanhados de horários de trabalho que, para mim, não faziam

sentido. Lembro-me perfeitamente de uma entrevista em que o entrevistador me disse, orgulhosamente: “Ontem saí daqui às 21h e hoje às 8h30 já cá estava.” O salário era, sem dúvida, bastante melhor, mas percebi que aquilo que poderia ganhar em termos monetários acabaria por perder em qualidade de vida, tempo para a família, amigos e para mim própria.

Não queria que a progressão profissional significasse necessariamente abdicar da minha vida fora do trabalho. Foi também isso que me levou a alargar a procura ao estrangeiro.

Quais foram as maiores dificuldades de adaptação?

Bruxelas é uma cidade bastante acessível para quem vem de fora. Há até quem brinque e diga que é difícil encontrar um belga em Bruxelas. É uma cidade extremamente internacional, o que faz com que seja relativamente fácil conhecer pessoas e comunicar. No entanto, a adaptação no trabalho foi um



pouco mais difícil. A minha equipa é composta sobretudo por belgas e francesas e, apesar de a língua oficial de trabalho ser o inglês, no dia a dia os meus colegas comunicam muito em francês. E eu, que achava que percebia “um bocadinho grande” de francês, levei um verdadeiro balde de água fria. Lembro-me de chegar a casa a chorar no meu primeiro dia e pensar: “O que é que eu estou aqui a fazer?” Não percebia praticamente nada do que diziam à minha volta. Passar o dia inteiro a falar inglês e, ao mesmo tempo, tentar acompanhar as conversas em francês deixava-me com o cérebro em papa ao final do dia. Durante os primeiros tempos era normal chegar a casa com enormes dores de cabeça. Com o tempo fui-me habituando, o francês foi melhorando e aquilo que inicialmente parecia uma barreira enorme tornou-se apenas mais uma parte da experiência de viver fora.

Que estereótipos tinha sobre a Bélgica e descobriu que não eram verdade?

Imaginava um país frio, sem sol, com comida sem sabor e com pessoas que não seriam propriamente as mais calorosas ou simpáticas do mundo. E, apesar de não ser totalmente mentira, sobretudo a parte do tempo, descobri que não há ninguém mais simpático do que um belga num dia de sol, especialmente depois de várias semanas de chuva e céu cinzento. Quando aparece o sol, parece que a cidade inteira muda de personalidade.

A comida também me surpreendeu. Obviamente, não se compara à cozinha portuguesa (uma competição impossível) mas, depois de conhecer alguns belgas e provar pratos caseiros, percebi que a gastronomia belga não é assim tão má. Uma boa carbonnade flamande, por exemplo, é daquelas coisas que sabe especialmente bem num dia frio e cinzento. Quanto às famosas batatas fritas belgas, confesso que as expectativas eram tão altas que acabei por ficar ligeiramente desiludida. São boas, sem dúvida, mas, no final do dia...continuam a ser batatas fritas.

Já enfrentou situações de preconceito ou discriminação?

Não. Felizmente, até hoje, nunca senti grande nível de discriminação por não ser belga.

Como é o seu dia a dia atualmente?

Um dia normal de semana começa por volta das 9h. Atualmente, demoro cerca de 20 minutos a chegar ao trabalho, em vez da hora que chegava a demorar em Portugal, e essa diferença tem um impacto enorme na qualidade de vida. À hora de almoço, tento aproveitar para fazer exercício físico, vou ao ginásio ou vou correr. O escritório tem um pequeno balneário onde posso tomar banho depois, o que facilita bastante.

O meu dia de trabalho termina normalmente por volta das 17h. Quando está bom tempo, às vezes vou a pé para casa. O caminho atravessa dois parques e gosto muito de ver as pessoas a aproveitarem o bom tempo (talvez porque, em Bruxelas, aprendemos rapidamente

a não desperdiçar um raio de sol!).

Ao final do dia, tenho tempo e energia para estar com amigos, fazer desporto ou simplesmente estar em casa. Essa possibilidade de conciliar a vida profissional com a vida pessoal é algo que valorizo imenso.

Sente que é mais valorizada na Bélgica do que em Portugal?

Sim, na Bélgica sinto que faço um trabalho de que gosto e que sou reconhecida por aquilo que faço. Apesar de existirem diferentes níveis de responsabilidade dentro da empresa, sinto que há menos barreiras hierárquicas. O CEO almoça no mesmo refeitório que toda a gente e existe uma proximidade que eu não estava habituada a encontrar.

Também não há hesitação em dizer “bom trabalho” quando alguém merece. E, mais importante, o reconhecimento não vem apenas sob a forma de uma palmadinha nas costas, também se traduz em progressão profissional e compensação salarial. Isso faz me sentir que o esforço e o trabalho são realmente valorizados.

O que mais o surpreendeu na Bélgica?

O tempo foi, sem dúvida, uma das maiores surpresas. Não estava à espera de sentir tanta falta de um dia de sol e, mais do que sentir falta, percebi que não ter sol também tem um impacto físico. Depois de quase três semanas sem

um único dia de sol, apenas com chuva, frio e céu cinzento, lembro-me de me sentir desanimada e triste, apesar de estar envolvida em imensas atividades e de estar constantemente a conhecer pessoas novas.

Mas também aprendi uma coisa com os belgas: não existe um “dia morto” por causa do tempo. Faça chuva, vento, neve ou estejam -10 graus lá fora, a vida continua. Como já ouvi dizerem por aqui, “não existe mau tempo, apenas mau equipamento”.

Outra grande surpresa foram as pessoas. Inicialmente, sentia-me especial por ter saído de Portugal e começado uma vida noutro país. Depois cheguei a Bruxelas e conheci tantas pessoas que tinham feito o mesmo, e muitas que tinham ido ainda mais longe. Pessoas que já tinham vivido do outro lado do mundo, outras que estavam prestes a partir para uma nova aventura noutro continente. Essas conversas fascinavam-me e continuam a fascinar-me. Conhecer pessoas de todo o mundo, com experiências e percursos tão diferentes, só aumentou ainda mais aquele bichinho que sempre tive de conhecer o mundo.

Como é viver longe da sua família e dos amigos de infância? O que significa “saudades” para si?

Não é fácil perder almoços, jantares, aniversários e encontros de família e amigos. Receber fotografias quando estão todos juntos provoca sempre um

sentimento agriçoce, fico feliz por vê-los, mas custa não estar lá.

A palavra “saudades” ganhou um significado diferente desde que emigrei. Descobri que aquilo de que sinto mais falta não são necessariamente os grandes momentos, mas as coisas mais pequenas e simples: um café ao final do dia com os amigos, jantar com os meus pais, uma corrida na marginal ou até um simples prego no prato no Rui dos Pregos.

São essas pequenas rotinas, que antes pareciam completamente banais, que ganham outro valor quando estamos longe.

Volta regularmente a Portugal? O que sente quando regressa?

Regresso pelo menos duas vezes por ano, no Natal e nas férias de verão. Antes de regressar, fico sempre ansiosa. Parece que o tempo não passa e que o dia de voltar nunca mais chega. As primeiras horas em Portugal também são curiosas, depois de passar meses a ouvir várias línguas todos os dias, de repente parece estranho ouvir português 100% do tempo à minha volta.

Há sempre aquela sensação inicial de “estou a voltar para casa”. Mas, depois de alguns dias, também percebo que aquela casa já não é exatamente a minha casa. A minha rotina, as minhas coisas e o meu dia a dia já não estão ali. É uma sensação estranha perceber que podemos ter duas casas. Portugal con-





tinua a ser casa, mas Bruxelas também se tornou casa. Ainda assim, estar perto da família e dos amigos reconforta sempre o coração.

Como vê Portugal agora, estando longe?

Portugal é um bocadinho como aquele irmão com quem estamos sempre a discutir e que nos irrita imenso, mas de quem só nós podemos falar mal. Quando alguém de fora critica Portugal, aparece imediatamente o meu lado mais patriótico.

Descobri que gosto muito mais de Portugal do que imaginava. E também percebi que aquela ideia que muitas vezes temos de que os países do Norte da Europa são muito mais evoluídos em tudo não corresponde propriamente à realidade. Há muitas coisas das quais reclamamos em Portugal que funcionam exatamente da mesma forma, ou por vezes pior, em países que consideramos mais ricos e desenvolvidos. A distância fez-me olhar para Portugal com mais espírito crítico, mas também com muito mais carinho e orgulho.

Sente que mudou como pessoa depois de emigrar?

Sem dúvida. Mas acho que todos crescemos e mudamos consoante as experiências que vivemos e o ambiente em que estamos inseridos. Hoje vivo num contexto muito mais internacional, naquilo a que muitas vezes chamamos a capital da Europa, rodeada de pessoas de diferentes países e culturas. Tenho também um trabalho que me permite viajar para lugares do mundo onde nunca pensei vir a estar. Tudo isso mudou a minha perspetiva. Fez-me questionar algumas ideias que tinha como certas, tornou-me mais independente e ensinou-me a valorizar outras coisas. Acho que também me tornou mais curiosa e muito mais consciente de quão grande e diverso é o mundo e de quão privilegiada sou por ter nascido em Portugal.

Que valores portugueses leva consigo no dia a dia?

Sobretudo a importância da família. Longe ou perto, sei que a minha família vai estar sempre lá. Emigrar também me fez perceber os meus próprios limites em relação à distância. Antes imaginava-me perfeitamente a viver em África ou noutro continente. Hoje, apesar de adorar viajar para esses lugares, penso que, para viver, o meu limite

provavelmente será a Europa. A ideia de estar tão longe que não possa chegar rapidamente à minha família caso alguma coisa aconteça deixa-me ansiosa. Por isso, prefiro continuar “perto”.

Sente-se mais portuguesa, mais europeia ou já com uma identidade “mista”?

Ainda mais portuguesa agora. Estou muito bem onde estou e Bruxelas tornou-se uma segunda casa, mas Portugal será sempre o meu país e a minha primeira casa. Não há sol, mar, comida ou pessoas que, para mim, se comparem ao que temos em Portugal.

Ao mesmo tempo, viver em Bruxelas tornou-me provavelmente mais europeia na forma como vejo o mundo. Conviwo diariamente com diferentes nacionalidades, culturas e formas de pensar. Mas isso, curiosamente, não diminuiu a minha identidade portuguesa, acho que até a tornou mais forte.

Sente que seria uma pessoa diferente se tivesse ficado em Portugal?

Sem dúvida. As experiências que tenho tido aqui, as pessoas que conheci e as conversas que tenho diariamente

difficilmente seriam as mesmas se tivesse ficado em Portugal. A nível profissional, também acredito que teria sido difícil encontrar em Portugal um trabalho com o mesmo impacto daquele que faço atualmente. Não quer dizer que a pessoa em que me teria tornado em Portugal fosse melhor ou pior, seria simplesmente diferente. Emigrar obrigou-me a sair da minha zona de conforto, a tornar-me mais independente e a confrontar-me com situações que provavelmente nunca teria vivido se tivesse ficado.

Que imagem têm os belgas dos portugueses?

Quando digo que sou portuguesa, a primeira reação é sempre “Cristiano Ronaldo!”

Também existem alguns estereótipos mais antigos, sobretudo associados aos portugueses que emigraram para a Bélgica em gerações anteriores, nomeadamente a ideia de que os portugueses trabalham principalmente nas obras. E há ainda um estereótipo mais engraçado em que associam os homens portugueses a serem peludos. Não sei se é uma opinião generalizada entre os belgas, mas já ouvi esse comentário algumas vezes. Mas, de uma forma geral, sinto que existe uma imagem positiva dos portugueses. Somos vistos como acolhedores, pessoas que vêm de um país com bom tempo, boas praias e boa comida.

Vê uma nova “geração de emigrantes portugueses” diferente das anteriores?

Sim e não. No fundo, acho que a motivação principal continua a ser semelhante: procurar melhores condições de vida e melhores oportunidades. A grande diferença está talvez no perfil de quem emigra.

Tenho a sensação de que hoje há muitos mais jovens altamente qualificados a sair do país. Pessoas que estudaram durante anos, com licenciaturas e mestrados, e que sentem que o mercado de trabalho português não lhes oferece salários, progressão profissional ou condições compatíveis com a formação e o esforço que fizeram. Não são necessariamente pessoas que queiram abandonar Portugal.

Muitas vezes, é uma geração que sente que precisa de sair para encontrar lá fora a valorização profissional e a independência financeira que não consegue encontrar em “casa”.

Pondera regressar de forma definitiva? Em que condições o faria?

Neste momento, não pondero regressar definitivamente. Sinto que ainda tenho muito para explorar fora de Portugal e que esta experiência ainda está longe de terminar. A Bélgica também se tornou casa, é a minha casa longe de casa. Construí aqui uma rotina, amizades e uma vida profes-

sional de que gosto bastante. Não me imagino a envelhecer na Bélgica, mas também não me imagino a sair daqui tão cedo. Talvez um dia Portugal volte a fazer sentido. Por agora, estou feliz em deixar essa decisão em aberto.

Que conselhos daria a jovens portugueses que estão a pensar emigrar?

Façam-no! Não vai ser fácil. Haverá dias em que vão questionar a decisão de ter saído, dias em que todas as burocracias parecem querer engolir-nos vivos e outros em que só apetece apanhar o primeiro avião e voltar para casa, para o colo da mãe.

Mas, fazendo o balanço, acredito que vale a pena. Nem tudo o que nos faz crescer é fácil.

Eu não podia estar mais grata por estes dois anos, por tudo o que aprendi, pelas pessoas que conheci, pelos lugares que tive oportunidade de descobrir e também pela relação que mantive com a minha família e os meus amigos, que continuam todos os dias a mostrar-me que 1.900km não têm de significar distância.

E acho que esse seria o meu principal conselho: não encarem a decisão de emigrar como uma decisão definitiva. Experimentem! Portugal não vai desaparecer. Se correr bem, descobrirem um novo mundo, se não correr, podem sempre voltar para casa. Mas, pelo menos, nunca ficarão a pensar: “E se eu tivesse ido?”



Lídia Marques
Diretora Cultural AILD



PELA LENTE DE

Joaquim Proença Lobo



[Militar português com a última bandeira portuguesa aquando da independência de Angola] Kifandongo 1975-11-10 PT/AMLSB/JPL/000001 © Arquivo Municipal de Lisboa



[Almirante Vítor Crespo, Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola e Lopo do Nascimento, primeiro-ministro de Angola] 1975-11 PT/AMLSB/JPL/000003 © Arquivo Municipal de Lisboa

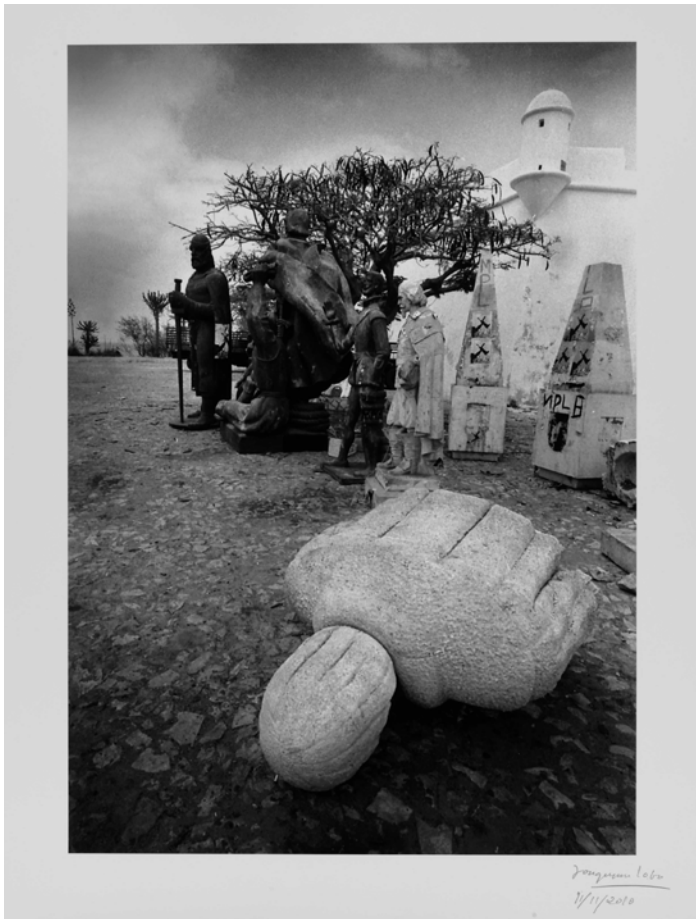


[Militar português e civis] Luanda [1975-11-11] PT/AMLSB/JPL/000014 © Arquivo Municipal de Lisboa

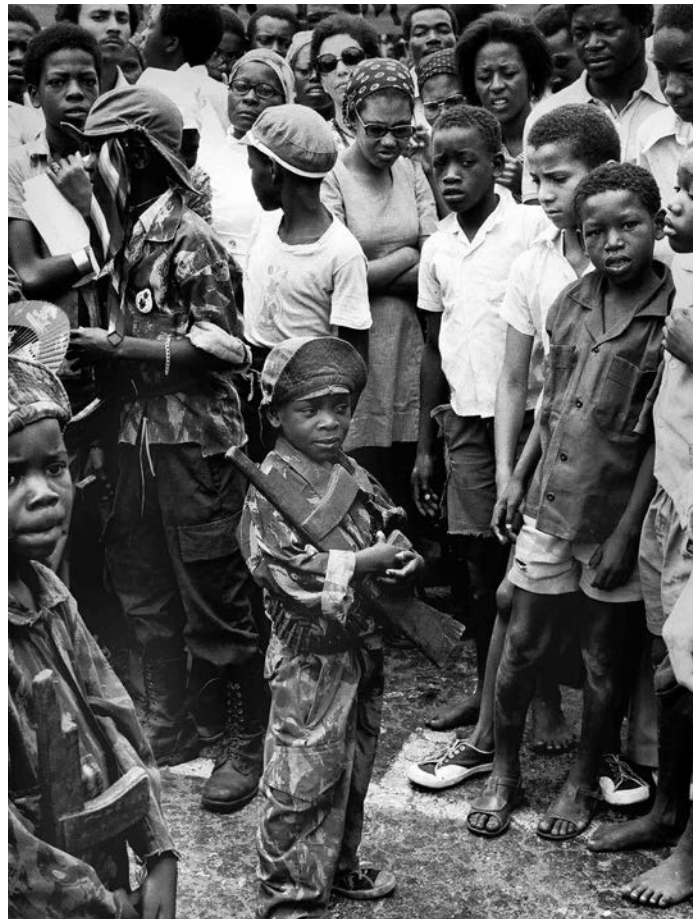


Posto de comando Kifandongo 1975-11 PT/AMLSB/JPL/000017 © Arquivo Municipal de Lisboa

arquivo municipal de lisboa
fotográfico



[Descolonização, estátuas portuguesas retiradas] 1975-11-11 PT/AMLSB/JPL/000004
© Arquivo Municipal de Lisboa



[Pioneiros] Luanda 1975-11 PT/AMLSB/JPL/000032
© Arquivo Municipal de Lisboa



[Militares angolanos e portugueses] Luanda 1975-11-11 PT/AMLSB/JPL/000018
© Arquivo Municipal de Lisboa



[Mulheres e crianças no dia da independência] Kifandongo 1975-11-11 PT/AMLSB/JPL/000020
© Arquivo Municipal de Lisboa



[Banda de música e soldados angolanos] Ilha de Luanda 1975-11 PT/AMLSB/JPL/000025
© Arquivo Municipal de Lisboa



[Manifestação de apoio à independência] Kifandongo 1975-11 PT/AMLSB/JPL/000028
© Arquivo Municipal de Lisboa

Joaquim Proença Lobo (1944–2011) foi um fotojornalista português. Nasceu em Lisboa a 22 de abril de 1944, tendo desenvolvido uma carreira notável.

Ao longo de quase meio século de carreira profissional, Joaquim Lobo colaborou em vários e distintos meios de comunicação social. Entre 1960 e 1966 trabalhou no jornal *Diário da Manhã*, em revistas – na Flama esteve entre 1966–1971 –, programas de Rádio e de Televisão. De 1969 a 1975 integrou a equipa de reportagem do jornal *A Capital*, tendo-se destacado com reportagens realizadas durante as voltas à França em bicicleta, 24 horas de Le Mans, a revolução de 25 de Abril de 1974, o 11 de março, o 25 de novembro e, em 1983, fotografou o Zeca Afonso no concerto ao vivo no Coliseu de Lisboa.

Durante este período chefiou a secção da comissão sindical dos repórteres fotográficos.

Joaquim Lobo foi, também, um dos sócios fundadores da sociedade por quotas Projornal, constituída em 1975 por 15 jornalistas: Joaquim Letria, Manuel Beça Múrias, Afonso Praça, Pedro Rafael dos Santos, Francisco Sarsfield Cabral, Carlos Cáceres Monteiro, Hernâni Santos, Fernando Gaspar, Joaquim Proença Lobo, Rui Pimenta, Ribeiro Cardoso, António Carlos Carvalho, Luís Almeida Martins, João Segurado e José Carlos Vasconcelos. Manteve atividade na Projornal, até 1994, desempenhando a função de repórter e editor fotográfico de publicações como o semanário *O Jornal*, semanário *Se7e*, semanário *JL* e a revista *Visão*. Notabilizou-se com algumas fotografias de capa que publicou no *Jornal Ilustrado* e na revista *Visão*, bem como com as reportagens a Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Na década de 1990 passou pela Namíbia e documentou a guerra do Golfo.

Nos últimos anos da sua atividade profissional, Joaquim Lobo ainda se estabeleceu com uma loja de equipamento e material fotográfico – Fotomédia – Comércio e Indústria de Fotografia Lda, no espaço do Centro Comercial Solatia, em Carnaxide.

Em 1975, na qualidade de repórter fotográfico, deslocou-se a Angola com o colega Cáceres Monteiro, com o propósito de documentar através da imagem as vivências do período da descolonização. Na noite do dia



[Jornal de parede] Luanda 1975-11-11 PT/AMLSB/JPL/000031
© Arquivo Municipal de Lisboa



Estrada para a barra do Quanza 1975-11 PT/AMLSB/JPL/000033
© Arquivo Municipal de Lisboa



[O almirante Leonel Cardoso, Alto-Comissário de Angola, proclama a independência de Angola em nome do governo português] Luanda 1975-11-10 PT/AMLSB/JPL/000045 © Arquivo Municipal de Lisboa



[Local de recenseamento das FAPLA, Forças Armadas Populares de Angola] 1975-11
PT/AMLSB/JPL/000047 © Arquivo Municipal de Lisboa



Organização da Mulher Angolana Luanda 1975-11 PT/AMLSB/JPL/000049
© Arquivo Municipal de Lisboa

10 para 11 de novembro desse ano, realizou em Luanda uma importante reportagem fotográfica, em condições extremamente difíceis, sobre a independência de Angola, mostrando o momento tumultuoso em que Agostinho Neto autoproclamava a independência do país e os momentos subsequentes da “dipanda”, nome local para os festejos da independência.

Este levantamento fotográfico constituiu um dos pontos mais altos da sua carreira de fotógrafo já que foi um dos únicos, neste dia, a documentar os acontecimentos: “Foram dois breves meses de um alegre convívio. Augurei-lhe venturas e prometi voltar com um sorriso na frente. Acenou-me indiferente.”

O Arquivo Municipal de Lisboa-Fotográfico organizou e apresentou, entre 11 de novembro de 2010 e 15 de janeiro de 2011, uma exposição inédita sobre este conjunto de imagens, considerada nas palavras do autor como “um instantâneo da história angolana”. A mostra permitiu dar a conhecer ao público um olhar profundo e singular sobre os últimos dias da presença portuguesa e o nascimento do novo Estado angolano.

Foi igualmente uma oportunidade para homenagear a comunidade angolana, residente em Lisboa, no dia em que se comemoraram os 35 anos da independência de Angola.

Este conjunto de 57 provas digitais constituíram a exposição – Os dias da Independência – Angola 1975.

A 10 de fevereiro de 2011 o autor manifestou a intenção de doar ao Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico a exposição, tendo esta sido, posteriormente, integrada no acervo do Arquivo, descrita, digitalizada e colocada à consulta do público para estudo e divulgação.

Entre os seus pares ficou conhecido pela perseverante participação cívica e pelo enorme profissionalismo: “um dos nomes com mais história no fotojornalismo português”. Ficou associado à renovação da imprensa portuguesa após o 25 de Abril, deixando um importante legado para a história do fotojornalismo português e para a memória visual dos acontecimentos que marcaram o final do império colonial português.

Na década de 2000, Joaquim Lobo esteve presente em vários programas na rádio e na televisão. Foi entrevistado por Julio Isidro, de quem era muito amigo, para testemunhar a sua participação durante a revolução de 25 de abril de 1974 e demais acontecimentos nos meses que se sucederam, nomeadamente, a cobertura da independência de Angola.

Foi nesta fase da vida que Joaquim Lobo referiu: “eu não sou um fotógrafo. Sou um repórter fotográfico (...) A fotografia de jornal tem de irritar, tem de chocar, tem de mexer com qualquer coisa (...)”

Numa esfera mais intimista, ao longo do ano de 2009, Joaquim Lobo participou no programa de rádio – As canções da minha vida –, conduzido por António Macedo, onde destacava e comentava uma canção pelo qual nutria um enorme encantamento.

Joaquim Lobo faleceu em Lisboa, a 4 de julho de 2011, aos 67 anos.

**Isabel Corda
Paula Delgado**



| VIAGEM LUSITANA

O Sonho da Emigração Lusodescendente Académica

Emigrar – O Fado do Emigrante começou também a ser o da Lusodescendência. Não representam o estatuto de outrora da primeira geração pós-guerra, que deixou um país ditatorial do Salazar, à procura de um melhor amanhã. Mas sim uma geração, que nasceu e cresceu no contexto multicultural com visões globais. Deixou de lutar, para apresentar um Plaidoyer diferente: serem reconhecidos como Lusodescendentes e Académicos

E o “Comboio da Esperança”, que deixava as caras dos passageiros tismadas, quando ficavam muito tempo à janela, começou a ver novas gerações: a Lusodescendência. O “Cartão da Mala” transformou-se em Diplomas, Certificados, Exames de Estado, Mestrados e Doutoramentos, que requerem ser reconhecidos. A “Mala de Cartão” deixou de existir, mas o seu simbolismo ficou para sempre. Repleta de esperança, a fim de encontrar melhores condições

de vida, leva a saudade do país, que, por falta de chances, obrigou consagrar a Recordação do Berço Natal. Ao mesmo tempo procura esconder, que os receios da viagem se transformem em ilusão. É a descrita ilusão que deu origem aos monumentos dedicados ao emigrante. Homenagens, que pretendem resguardar a História da Emigração. A verdade é que o “Livro do Emigrante” continua a apresentar mais páginas em branco do que escritas. A emigração

Pós-II-Guerra-Mundial deixou suas pegadas no mundo. Desenvolveram um conceito entre saudade e integração. Poucos regressaram. Mais os que encontraram no país de acolhimento uma nova pátria. Foi no estrangeiro, que nasceu uma “Visionária Geração”: Lusodescendência, que vive uma vida quase desconhecida, apresenta um excecional fundamento de diversidade cultural e habilitações literárias, que junto de embaixadas, consulados e instituições não-governamentais, conseguiam ser um elo forte entre os países de origem e de acolhimento. No entanto, não conhece reconhecimento, apesar da transformação em emigração académica. Quase nem

existem estatísticas. Gerações para quem a palavra “Saudade” deixou de estar ligada ao país dos avós e dos pais e passou para o estrangeiro, onde se descrevem como uma nova geração – muitas vezes sem dupla nacionalidade, mas com o passaporte do país, que outrora recebeu a primeira geração como “Desconhecidos”. Hoje existem laços familiares e de amizade. Resultado da aproximação entre diferentes idiomas, culturas, ideias etc. – Nasceu uma comunidade multicultural, que ofereceu novos mundos à emigração, que no país, que seus pais e avós dizem ser a sua pátria, não encontra aceitação, muito menos académica, apesar de acordos e da existente legislação,

porque somente cede o direito à avaliação, mas não ao reconhecimento. Por conseguinte transformou-se em país de férias – um Portugal a distanciar-se cada vez mais longe da emigração. Não devia ser ao contrário? Contemplar os monumentos dedicados aos emigrantes é procurar a escondida história das homenagens e esculturas. Os arquivos portugueses e estrangeiros apresentam um verdadeiro histórico “Tesouro sobre a Emigração e seus Descendentes”. Um Tesouro, que vale a pena descobrir e conquistar, para se aprender com o passado e construir um futuro melhor, independentemente de ser nacional ou emigrante / lusodescendente.

Emigrar

*Uma viagem –
guarda mensagem.
A coragem decidiu emigrar.
A fé sonhou/a regressar.
Futuro desconhecido.
Pensar convencido.
Saudade –
Pensativa entre fronteiras.
Sonhos imaginaram roseiras.
Baú de madeira –
História mensageira.
Mala de Cartão –
História da Emigração.*

*Novas vidas procuraram –
Seu legado deixaram.
Fé, esperança e coragem –
Fundamento da viagem.
Terras longínquas enfrentaram –
Mal e bem conheceram.
Porém –
No país de acolhimento ficaram –
Novas gerações nasceram.
Do académico ao não-qualificado.
Para novo mundo guiado.
Sonhos a voar.
Muita História para contar.*

*Pegadas na vida deixar.
Baú e mala a recordar.
Poucos regressaram.
Para sempre emigraram.
Homenagens para lembrar
Monumentos a guardar.
Seus segredos um tesouro.
Do passado ao presente –
Como um miradouro.
Madeira ou cartão –
Emigrante –
Escreve tua recordação.*



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



FALAR PORTUGUÊS

Falamos uma língua bastarda (e é deliciosa) II

As línguas ficam mais pobres com estas misturas todas? Claro que não! A ideia de pureza linguística é como todas as outras ideias de pureza: extraordinariamente sedutora, mas perigosa, daquele perigo mau, que às vezes até acaba em tragédia. É uma mania que não ajuda ninguém e só nos

deixa enervados uns com os outros.

Por isso, ó gente que sonha com uma língua impoluta, sem misturas, sempre no mesmo registo, sem palavrões, sem expressões populares, sem um ou outro absurdo, sem redundâncias, sem palavras que querem dizer a mesma coisa,

sem estrangeirismos, sem pronúncias diferentes: percebam uma vez por todas que o português, como todas as línguas, é um fenómeno natural, um sistema complexo e desordenado, que podemos estudar, usar, moldar para nosso proveito – mas que dificilmente podemos controlar. Podemos (isso sim) conhecer e até amar esse bicho bastardo. Cada um de nós pode ainda – aliás, deve – falar e escrever cada vez melhor a língua que nos calhou na rifa. É bastarda, mas é nossa.

Sim, temos de ter uma norma-padrão, o português selecionado que serve para as situações formais e académicas – e é a base da escrita, essencial à civilização. Quanto mais pessoas a conhecerem, mais pessoas têm acesso à discussão pública. A norma-padrão é um instrumento essencial – mas não se convençam que é sagrada e, acima de tudo, não tentem reduzi-la ao mínimo, não tentem cortá-la até ficar sem vida. A norma pode ser mais ou menos rica – e quanto mais pura, mais pobre será. Sim: mesmo à norma, quando a conhecemos de trás para a frente, fica bem dar-lhe um pouco de sangue, esticar um pouco a corda. Arriscar. Misturar. Sem medo. Querem protegê-la? Escrevam mais, leiam mais, trabalhem!

Não desatem a querer cortar à língua palavras e expressões por esta ou aquela razão, deixando a norma mais pobre e mais distante da língua de todos. É verdade, admito: isto vem muito a propósito do estardalhaço que li por causa

duma simples palavra numa notícia – muita gente se queixou porque o jornalista, em jeito de brincadeira, tinha usado a palavra «deslargar». Fiquei pasmado com o exagero das reacções. Uma pequena brincadeira, um pequeno risco que um jornalista decidiu correr – e vem a correr a brigada da língua, cheia de discursos inflamados a acusar os falantes da língua de todas as patifarias deste mundo. São os discursos habituais, que se viram contra a própria língua com a desculpa de a proteger. Lembrei-me logo das reacções de alguns amigos meus quando ouvem a expressão «o comer», que é popular, claro está, mas é tão portuguesa como «o saber», «o olhar» e todos esses verbos saborosos que transformamos em nomes. Nunca deixo de ficar espantado com o ódio que algumas pessoas reservam para as palavras dos outros.

Quando vejo tanta gente a atacar os outros por falarem português, tanta gente a atarefar-se a mudar a língua para a tornar mais lógica, mais pura, mais pequena, penso: quem salvará a língua de quem quer salvar a língua?

O que vale é que a língua é mesmo um animal selvagem: lá dá uns coices e continua, matreira e bastarda, saborosa todos os dias. E nós, com ela nos lábios, lá escrevemos, conversamos e damos beijos em bom português – e esquecemos esses tontos que a querem prender à força. Porque a língua é bastarda, sim senhor – e deliciosa para quem a souber ouvir.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

Slow Contabilidade

Durante as férias, encontrei um cliente numa esplanada. Ia cumprimentá-lo e seguir caminho, mas vi-o a ler um livro sobre como melhorar a qualidade de vida através do espírito slow. O assunto intrigou-me. Não é todos os dias que encontro um cliente a estudar uma forma de abrandar, sobretudo quando, durante o resto do ano, me pede respostas antes de acabar de formular a pergunta. Falou-me do Slow Food, que convida a comer com prazer, valorizando quem produz os alimentos e a forma como são produzidos. Depois vieram as cidades pensadas para passear e conviver, as viagens em que se permanece tempo suficiente para conhecer um lugar, a roupa feita para durar e a ideia, aparentemente revolucionária, de terminar uma refeição antes de começar a responder a mensagens. Agradei-lhe a conversa. Como estava de férias, até tive tempo para a agradecer sem consultar o calendário.

Mais tarde, sentado na praia a olhar para o mar, pensei que esta filosofia também podia entrar no meu gabinete. Imaginei a Slow Contabilidade. Antes que alguém se entusiasme, esclareço: não estou a propor entregar declarações de IVA fora de prazo. A Autoridade Tributária ainda não aceita «estava a contemplar o horizonte» como justificação para uma declaração tardia.

Penso, antes, no tempo que dedicamos a compreender as pessoas por trás

dos números. Hoje tenho reuniões por videoconferência que começam com «está a ouvir-me?» e terminam com «tenho de sair, já está a começar outra». Entre estes dois momentos discutem-se investimentos, riscos fiscais, salários e, por vezes, o futuro de uma família. Fecho o computador e apercebo-me de que conheço o NIF, o volume de negócios e a margem de lucro do interlocutor, mas quase nada sei sobre ele. Nas reuniões presenciais havia sempre uns minutos antes e depois. Falava-se do percurso de cada um, dos projetos, das preocupações. Às vezes nasciam amizades. Outras vezes, uma conversa aparentemente lateral bastava para perceber que não partilhávamos os mesmos valores éticos. Informação que não aparece no balancete, mas que pode evitar problemas muito maiores do que um erro de classificação contabilística. Também a relação com os serviços públicos entrou na modalidade fast. Enviamos pedidos por plataformas, recebemos respostas sem assinatura e, por vezes, já nem sabemos se alguém leu o que escrevemos ou se um sistema encontrou uma palavra-chave e decidiu que estava tudo esclarecido. A resposta chega depressa; o problema continua connosco. Lembro-me do tempo em que, de tantas visitas a uma repartição, acabávamos por conhecer os funcionários. Havia quem nos explicasse um procedimento menos co-

nhecido ou ajudasse a identificar o caminho certo para resolver uma situação urgente. Não se tratava de pedir favores nem de contornar regras. Tratava-se de conseguir falar com alguém que compreendia a questão, em vez de receber pela terceira vez a indicação para consultar uma página que já tínhamos lido quatro vezes.

Não sou contra a tecnologia. Sem ela, provavelmente passaria as férias a transportar pastas de faturas para a praia, ocupando o lugar do chapéu de sol. A videoconferência poupa deslocções; os serviços digitais podem poupar filas. Mas a velocidade só representa progresso se nos deixar mais tempo para pensar, decidir e viver. Se cada minuto poupado servir apenas para marcar outra reunião, criámos um imposto sobre o tempo livre, cobrado à taxa máxima e sem direito a dedução.

Talvez a Slow Contabilidade comece com gestos simples: uma reunião sem outra imediatamente a seguir, uma pergunta adicional antes de dar uma resposta automática, um telefonema quando um email não consegue explicar o problema. E, no fim do dia, tempo para os clientes, os amigos e a família que nenhuma aplicação consegue arquivar por nós.

Porque a vida não tem declaração de substituição. E quando chegar o prazo de a entregar, será tarde para corrigir os momentos que não vivemos.



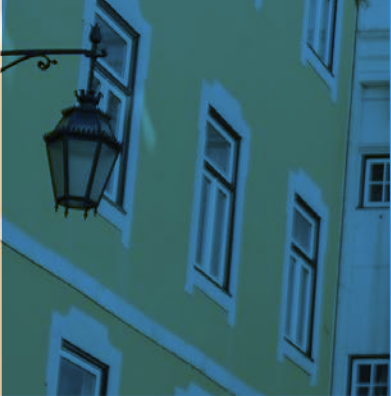
Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



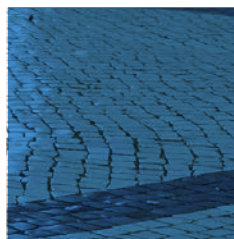
Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt



Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your
number
one agency

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt